

RELATÓRIO INSTITUCIONAL 2018 DA AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ



Início da formação
de uma cachoeira do
Rio Jaguari, em
Sapucai Mirim -
Minas Gerais
[Bolly Vieira]



COMITÊS PCJ

www.comitespcj.org.br



Agência das Bacias PCJ

www.agencia.baciaspcj.org.br

INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ

DIRETOR-PRESIDENTE

Sergio Razera

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Ivens de Oliveira

DIRETORA TÉCNICA

Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi

COORDENADOR ADMINISTRATIVO

Eduardo Massuh Cury

COORDENADORA DE APOIO AO SISTEMA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Vanessa Cristina Bortolazzo Longato

COORDENADOR FINANCEIRO

Tony Douglas Segatto

COORDENADORA DE GESTÃO

Kátia Rossi Gotardi Piccin

COORDENADOR DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES

Eduardo Cuoco Léo

COORDENADORA DE PROJETOS

Elaine Franco de Campos

ANALISTA ADMINISTRATIVO

Lais Maria Spinelli

ANALISTA DE INFORMÁTICA

Alexandre Henrique Bicudo da Silva

ANALISTAS TÉCNICOS

Leonardo Lucas Baumgratz

Maria Eugenia Martins

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Juliana Prado Guilmo

AUXILIAR TÉCNICO

Fábio de Faria Coca

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO

Ivanise Milanez

COLABORADORES*

Aline de Fátima Rocha Meneses Moura

Aline Doria de Santi

Bruna Caroline Juliani

Bruna Eveline Domingos Petrini

Carla de Campos Cecatti

Carlos Henrique Moraes Luiz

Carolina Prado Gazioli

Charles Diego da Costa

Danilo Carlos Ferreira Costa

Diogo Bernardo Pedrozo

Felipe Loschiavo Requena

Gabriela Nery da Silva Mattos

Julia Nogueira Gomes

Kaique Duarte Barretto

Karla Romão

Lucas Barbosa

Maria Carolina Moraes Coelho Moura

Marina Peres Barbosa

Mateus de Oliveira Ismael

Mayara Sakamoto Lopes

Rafael da Silva Nunes

Rebeca Cristine Ferreira da Silva

Rodolfo Bassani

Sheron Agnez da Silva

Tatianna Cury Abe

Thais Manoel

Estagiários*

Bruno Font Aranda

Carolina da Costa Trindade

Gabriela Palla Ribas

Ítalo Rafael Ferreira Guedes

Laissa Ramos dos Reis

*Composição do quadro funcional em dezembro/2018

CONSELHOS FISCAL E DELIBERATIVO (2017-2019)

PRESIDENTE

Luiz Alberto Buschinelli Carneiro
Secretaria de Estado da Saúde

Ricardo Pires de Oliveira
Prefeitura de Rio Claro

André Elia Neto
União da Agroindústria Canavieira do Estado
de São Paulo

Sérgio Rocha Lima Diehl
Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento

Luiz Carlos Piccione
Associação dos Engenheiros de Jundiaí

Osmar da Silva Júnior
Prefeitura de Cordeirópolis

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE

Paulo Roberto S. Tinell
Associação Nacional dos Serviços Municipais de
Saneamento (Assemae)

VICE-PRESIDENTE

Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi
Rotary Internacional D4590

Afonso Celso Rocha Mastrelli
Secretaria da Fazenda

Adriana Gomes Freitas
Secretaria de Planejamento e Gestão

Sandra Jules Gomes da Silva
Secretaria de Meio Ambiente

José Rubens Françaço
Prefeitura de Piracicaba

Petrus Bartholomeus Weel
Prefeitura de Holambra

Paulo Trigo Ferreira
Prefeitura de Limeira

Waldemar Bóbbo
Instituto de Proteção Socioambiental da Bacia
Hidrográfica do Rio Corumbataí

Daniel Gonçalves
Prefeitura de Rio das Pedras

Francisco Carlos Castro Lahóz
Consórcio PCJ

Ricardo Ongaro
Prefeitura de Nova Odessa

Hélio Rubens G. Figueiredo
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São
Paulo

Luiz Roberto Moretti
Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos

Luiz Fernando Amaral Binda
Sindicato Rural de Campinas

Raphael Rodrigues Ferreira
Secretaria de Energia e Mineração

Thiago Silvério da Silva
Prefeitura de São Pedro

Centro das Indústrias do Estado de São Paulo/Ciesp -
Diretoria Regional de Jundiaí
Aguardando nova indicação

COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - COMITÊS PCJ

GESTÃO 2017-2019

PRESIDENTE DO CBH-PCJ E PRESIDENTE DO PCJ FEDERAL

Barjas Negri

Prefeitura de Piracicaba (SP)

PRESIDENTE DO CBH-PJ E 1º VICE-PRESIDENTE DO PCJ FEDERAL

Jefferson Benedito Rennó

março/2017 a julho/2018

Prefeitura de Sapucaí-Mirim (MG)

José Maria do Couto

julho/2018 - atualmente

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Mecânicas e de
Materiais Elétricos de Cambuí, Camanducaia, Extrema e
Itapeva -MG (Sinmec)

VICE-PRESIDENTE DO CBH-PJ

José Maria do Couto

março/2017 a julho/2018

Sindicato das Ind. Metalúrgicas e Mecânicas
e de Materiais Elétricos de Cambuí, Camanducaia,
Extrema e Itapeva (Sinmec)

Claudia Viveani de Moraes

julho/2018 a março/2019

Prefeitura de Itapeva - MG

VICE-PRESIDENTE DO CBH-PCJ E 2º VICE-PRESIDENTE DO PCJ FEDERAL

Marco Antonio dos Santos

Associação Nacional dos Serviços Municipais de
Saneamento (Assemae)

VICE-PRESIDENTE DO CBH-PJ

José Maria do Couto

Sindicato das Ind. Metalúrgicas e Mecânicas
e de Materiais Elétricos de Cambuí, Camanducaia,
Extrema e Itapeva -MG (Sinmec)

3º VICE-PRESIDENTE DO PCJ FEDERAL

Julio Thadeu Silva Kettelhut

Secretaria Nacional de Recursos Hídricos e Qualidade
Ambiental (Ministério do Meio Ambiente)

SECRETARIA EXECUTIVA

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CBH-PCJ E PCJ FEDERAL

Vinicius Rosa Rodrigues

março/2017 a abril/2018

Secretaria de Saneamento de Recursos Hídricos (SSRH)

Luiz Roberto Moretti

abril/2018 a março/2019

Secretaria de Saneamento de Recursos Hídricos (SSRH)

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CBH-PJ1

Sidney José da Rosa

julho/2018 atualmente

Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica
Serras de Santana (Bioss)

SECRETÁRIO EXECUTIVO ADJUNTO DO CBH-PCJ

Sebastião Vainer Bosquilia

Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de
São Paulo (DAEE)

SECRETÁRIA EXECUTIVA ADJUNTA CBH-PJ1

Maria de Fátima Cerqueira Silva

março/2017 a julho/2018*

Prefeitura de Toledo/MG

Rosângela Makssur Krepp

julho/2018 até atualmente

Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa)

* Prorrogação do mandato anterior conforme os termos
do Art. 17-A da Deliberação Normativa CERH - MG nº 04,
de 18 de fevereiro de 2002 e do Art. 9º da Deliberação
Normativa CERH-MG nº 30, de 26 de agosto de 2009.

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO RELATÓRIO INSTITUCIONAL 2018 DA AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ

Ivens de Oliveira

Diretor Administrativo e Financeiro

Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi

Diretora Técnica

Tony Douglas Segatto

Coordenador Financeiro

Kátia Rossi Gotardi Piccin

Coordenadora de Gestão

Ivanise Milanez

Assessora de Comunicação

PROJETO EDITORIAL, PRODUÇÃO DE CONTEÚDO E CONSULTORIA GRI

BH Press Comunicação

Redação: Renata Taffarello

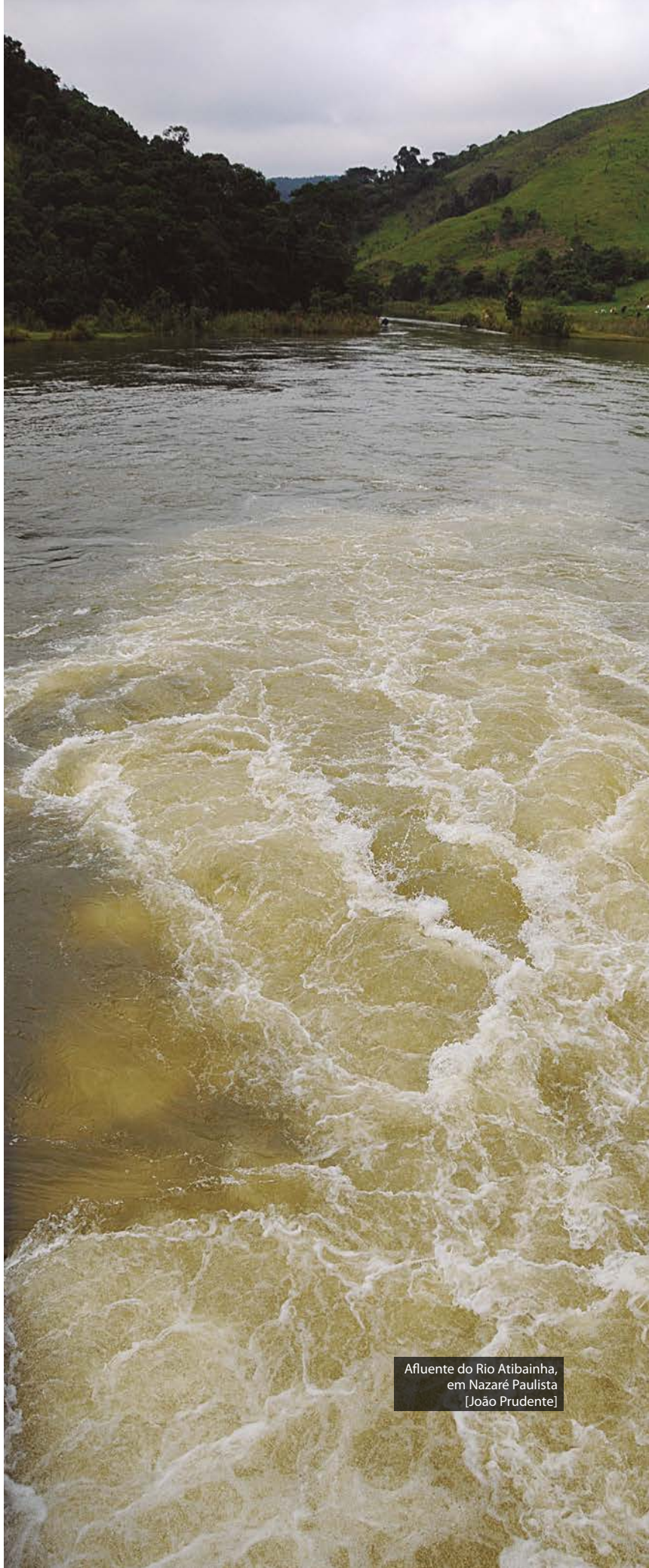
Consultoria GRI e edição: Lilian Ribas

Imagens

Acervo Agência das Bacias PCJ/Divulgação

Projeto gráfico e diagramação

Shout Publicidade



Afluente do Rio Atibainha,
em Nazaré Paulista
[João Prudente]

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Estar atento às melhores práticas e soluções, seja no que diz respeito às iniciativas voltadas ao nosso negócio ou à forma de apresentar e prestar contas da nossa atuação, está no DNA da Agência das Bacias PCJ. O Relatório Institucional 2018 reflete esse compromisso. A partir deste ano, o documento passa a seguir as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), metodologia mais utilizada por organizações de diversos setores, em todo o mundo, para relatórios de sustentabilidade.

Além de apresentar o papel da Agência das Bacias PCJ na sociedade, o Relatório inaugura uma nova fase da instituição, que em 2019 completa 10 anos. Por meio dele, compartilhamos nossos resultados, desafios e a forma como gerenciamos os temas considerados prioritários nas esferas ambiental, social e econômica em 2018.



Posso dizer que foi um ano de muitos desafios para a Agência das Bacias PCJ. Na área de projetos, que envolvem os recursos financeiros provenientes das Cobranças PCJ e do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro)*, foi realizada uma avaliação técnica, utilizando o Plano das Bacias PCJ, que indicou os pontos críticos e definiu os municípios para priorização dos investimentos dos recursos financeiros. É um aprimoramento da gestão que implica uma nova forma de trabalhar, com mais rigor técnico, para que estas prioridades sejam atendidas em tempo hábil e com excelência.

Outro grande destaque em 2018 está nas iniciativas que envolvem a proteção de mananciais. Há vários projetos nessa área, o que nos levou, inclusive, a ampliar o quadro de colaboradores da Agência das Bacias PCJ. E, novamente, temos a aplicação dos recursos em ações prioritárias, com critérios técnicos estabelecidos, que apontam onde o impacto é maior. Nesse sentido, temos o desafio de engajar grupos de atores nos municípios para que eles também façam sua parte. Desafio este que encaramos de frente, com muita disposição e na certeza de que os resultados logo viriam. E estávamos certos! No Projeto Nascentes, em Analândia (SP), por exemplo, o fomento ao engajamento já começa a render frutos. Lá, temos trabalhado em parceria com a Unidade Gestora do Projeto (UGP), grupo de entidades ativas e lideranças locais responsável por acompanhar as atividades de adequação ambiental e garantir sua continuidade, mesmo diante de um cenário de mudança na administração municipal. O Projeto Nascentes Analândia não deixa dúvidas sobre a importância do papel da Agência das Bacias PCJ como fomentadora do engajamento, inclusive do ponto de vista da sustentabilidade, já que a continuidade de projetos como este proporciona impactos positivos ambientais, sociais e econômicos nas comunidades de abrangência.

**Compensação Financeira/Royalties do setor hidroelétrico*

A sustentabilidade passa, cada vez mais, a integrar nossa gestão e governança. Em 2015, por meio da Ação Eco Cuencas, a Agência das Bacias PCJ passou a ser signatária do Acordo de Paris. Em 2018, demos um passo importante novamente nessa direção, ao assinar o termo de adesão ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), e nos tornarmos a primeira agência de águas do mundo signatária da iniciativa. No mesmo período aderimos à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). São compromissos que, assim como a adoção da metodologia GRI para este relatório, fortalecem a atuação sustentável da instituição como braço executivo dos Comitês PCJ.

Nosso papel como agência de águas em uma região como a das Bacias PCJ, com expressiva participação no PIB do Brasil, está fortemente associado ao desenvolvimento social, econômico e ambiental do território.

Nosso planejamento estratégico 2017-2018 - e o próximo ciclo para 2019-2022 - já contempla ações e projetos sob a ótica da sustentabilidade, a exemplo do recém-implantado Projeto Papel Zero, iniciativa da Agência Nacional de Águas (ANA) estendida às Entidades Delegatárias, e do projeto de construção sustentável de nossa sede, que se encontra em fase de planejamento.

Nosso papel como agência de águas em uma região como a das Bacias PCJ, com expressivo Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, está fortemente associado ao desenvolvimento social, econômico e ambiental do território. Atuar de forma sustentável em nossos próprios processos, dentro de casa, é condição fundamental para a nossa existência. E em relação aos impactos na sociedade, a responsabilidade é enorme. Precisamos garantir que nossa atuação contribua para a disponibilidade hídrica dessa região e para a qualidade da água. As mudanças climáticas representam um desafio gigantesco para esse cenário e, a cada dia, reforçamos nosso compromisso com o tema, com acesso a estudos que nos permitem o monitoramento contínuo dessa questão.

Em 2018 e para os próximos anos, temos quatro grandes prioridades que norteiam a estratégia e as ações da Agência das Bacias PCJ: saneamento, monitoramento hidrológico, proteção dos mananciais e combate ao desperdício de água.

Acreditamos que a metodologia GRI, com a proposta de indicadores e métricas, já representa um grande passo no aprimoramento da nossa gestão. E este relatório, fundamentado nas diretrizes da GRI Standards, contribui, definitivamente, para que a sociedade conheça ainda mais nossa atuação transparente e nosso esforço como ator comprometido com o território e com as questões essenciais. Especialmente quando trabalhamos com um recurso tão precioso para a vida, como a água. [\[GRI 102-14\]](#)

Boa leitura!

Sergio Razera
Diretor-presidente da
Agência das Bacias PCJ

MENSAGEM DOS COMITÊS

Não existe vida sem água. Por isso, a gestão dos recursos hídricos é essencial para a garantia de um futuro melhor, e é neste sentido que toda a atuação dos Comitês PCJ (Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí) tem se direcionado nestes mais de 25 anos de trabalho.

Como presidente dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL) reforço que todo o empenho dos membros deste importante colegiado é direcionado para garantir qualidade de vida para os cidadãos de 76 municípios das Bacias PCJ, que integra um território de 15.303 Km², com mais de 5,7 milhões de habitantes, que demanda água para diversos usos.

E, como o primeiro presidente da Agência das Bacias PCJ quando de sua fundação, em 2009, fico extremamente honrado em inaugurar esta publicação, pautada nos Relatórios de Sustentabilidade e embasada na plataforma GRI, sobretudo no ano em que a Agência PCJ completa 10 anos de sua instituição, motivo de orgulho e conquistas para todos.



Fazer parte deste momento em que a iniciativa e a determinação dos profissionais da instituição trazem à tona apontamentos tão relevantes para o cenário socioeconômico de uma região extremamente desenvolvida torna este momento ainda mais singular, pois estamos reforçando a marca de instituições como os Comitês PCJ e a Agência das Bacias PCJ que estão sempre à frente, apontando em direção a um futuro próspero.

É importante destacar que, do ponto de vista de uma gestão eficaz dos recursos das Cobranças PCJ, superamos um dos maiores desafios iniciais que é adequada aplicação e o desembolso dos recursos financeiros.

Temos, evidentemente, um grande desafio à nossa frente, que demanda cuidados especiais, exigindo conquistas gradativas do atendimento de metas fixadas em nossos planejamentos. Tais avanços deverão prosperar em um processo que, certamente, envolverá esforços contínuos com o monitoramento e a avaliação de nossa agenda. E, como sempre, caminharemos em direção à sustentabilidade no uso dos recursos hídricos das Bacias PCJ.

Enfim, a gestão da água precisa da colaboração de todos, tanto para viabilização de projetos, como na aplicação de investimentos. Trata-se de um esforço comum entre governos, entidades representativas, gestores e sociedade, congregando ações individuais, que, no todo, fazem grande diferença, como o uso consciente da água e medidas simples de preservação ambiental e de redução de consumo.

Barjas Negri

Presidente do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL
Prefeito de Piracicaba

A gestão da água precisa da colaboração de todos. Trata-se de um esforço comum entre governos, entidades representativas, gestores e sociedade, congregando ações individuais, que, no todo, fazem grande diferença.

SOBRE ESTE RELATÓRIO

Esta é a primeira edição do Relatório Institucional da Agência das Bacias PCJ elaborado tendo como referência as diretrizes da GRI Standards (veja texto a seguir), normas da organização *multis-takeholder* Global Reporting Initiative, adotadas por empresas e entidades em todo o mundo como metodologia para relatórios de sustentabilidade. O documento reúne informações sobre a Agência das Bacias PCJ tendo como base o ano de 2018 e, eventualmente, apresenta dados históricos. A partir da publicação deste Relatório, o ciclo de relato da Agência das Bacias PCJ deve ser anual. [\[GRI 102-46\]](#) [\[GRI 102-50\]](#)

Para apresentar de forma objetiva as questões mais importantes para a Agência das Bacias PCJ e seus públicos de relacionamento, foi aplicado o princípio de materialidade da GRI, que buscou definir os temas mais relevantes para direcionar a gestão e a comunicação da instituição, considerando o contexto e os impactos de cada tema.

Uma lista de siglas utilizadas nesta edição e um pequeno glossário de termos técnicos, ao fim deste documento, podem ser consultados a fim de facilitar a leitura.

GRI Standards

A Global Reporting Initiative (GRI) é uma Organização Não Governamental (ONG) internacional independente, que tem como principal escopo um processo *multistakeholder* (que reúne diferentes partes interessadas) para dar orientação às organizações sobre gestão e relato de práticas sustentáveis. Os indicadores de sustentabilidade GRI são orientados por diretrizes e estruturados em normas econômicas, ambientais e sociais, denominadas GRI Standards. O objetivo da aplicação destas normas é padronizar o relato de práticas financeiras e não financeiras, sendo possível mensurar o desempenho sustentável de empresas, entidades e empreendimentos em todas as dimensões.

MATERIALIDADE

O processo de definição da materialidade seguiu três passos:

1

IDENTIFICAÇÃO

Análise de fontes secundárias (documentos internos, diretrizes estratégicas, estudos, outros relatórios publicados, avaliações setoriais, entre outras) e entrevistas com os diretores da Agência das Bacias PCJ para levantamento da lista de temas considerados mais relevantes para a instituição.

2

PRIORIZAÇÃO

Priorização dos temas mapeados pela Comissão de Acompanhamento do Relatório Institucional, a partir da análise de cada tema e seus impactos.

3

VALIDAÇÃO

Aprovação da lista de temas materiais pela Comissão de Acompanhamento do Relatório Institucional e Diretoria da Agência das Bacias PCJ, resultando em 12 temas materiais.

TEMAS MATERIAIS [GRI 102-47]



Desempenho econômico



Impactos econômicos indiretos



Práticas de compras



Anticorrupção



Materiais



Água



Biodiversidade



Efluentes e resíduos



Emprego



Treinamento e educação



Comunidades locais



Políticas públicas

Para cada tema material, foram selecionados e, posteriormente, validados os itens de divulgação GRI (exemplo: 102-10) que compõem o Sumário GRI, ao fim deste documento.

AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ EM RESUMO

- **76 municípios** estão na área de abrangência das Bacias PCJ, sendo 71 no estado de São Paulo e 5 no estado de Minas Gerais
- As Bacias PCJ garantem o abastecimento de água para mais de **5,7 milhões de habitantes** de sua região de atuação e cerca de **9 milhões de habitantes** da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)
- A Agência das Bacias PCJ fechou o ano de 2018 com **47 colaboradores**, entre funcionários, terceiros e estagiários

Itens de divulgação GRI reportados neste capítulo:
102-1, 102-4, 102-5, 102-7, 102-12, 102-16, 102-17 e 102-18

DECLARAÇÕES CORPORATIVAS

[GRI 102-16]

NOSSA MISSÃO

Executar ações para a implantação das políticas de recursos hídricos dos Comitês PCJ fornecendo suporte técnico, administrativo e gestão financeira.

NOSSA VISÃO DE FUTURO – HORIZONTE ATÉ 2035

Ser reconhecida pela sociedade por sua eficiência e eficácia na construção de soluções para as políticas de recursos hídricos, contribuindo para melhoria da qualidade de vida.

NOSSOS ATRIBUTOS DA VISÃO DE FUTURO

A Agência das Bacias PCJ aspira, até 2035, alcançar os seguintes desafios:

- Conquistar o reconhecimento da sociedade pelos benefícios gerados com a implantação das políticas de recursos hídricos.
- Consolidar-se como modelo de Agência de Bacias Hidrográficas pelas práticas de suporte à gestão dos recursos hídricos.
- Facilitar a comunicação, o relacionamento e o processo de cooperação entre os diversos atores dos Comitês das Bacias PCJ.
- Tornar-se uma marca de credibilidade quando associada ao adequado suporte à gestão dos recursos hídricos.
- Alcançar alto grau de excelência em gestão de projetos e conhecimento tecnológico em recursos hídricos.

NOSSOS VALORES

Sustentam as premissas norteadoras das nossas atitudes, orientam a nossa postura e guiam todas as tomadas de decisão.

- **Transparência e Integridade**

Agimos, em todas as circunstâncias, orientados por uma conduta ética, gerando e disponibilizando informações corretas, claras e confiáveis.

- **Integração e Cooperação**

Cultivamos o diálogo, a colaboração e a parceria entre organizações que, juntas, são capazes de gerar resultados duradouros.

- **Comprometimento**

Atuamos com responsabilidade, dedicação e empenho para honrar nossos compromissos e ter sucesso no cumprimento de nossos objetivos.

- **Empreendedorismo**

Desempenhamos nossas atividades com iniciativa, criatividade e realismo para apresentar soluções inovadoras e executá-las.

- **Excelência em gestão**

Buscamos atingir melhoria contínua em todos os processos de gestão, aliada a práticas que assegurem altos níveis de desempenho.



Rio Camanducaia,
em Amparo
[João Prudente]

QUEM SOMOS

[GRI 102-1] [GRI 102-4] [GRI 102-5] [GRI 102-7]

A Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência das Bacias PCJ) é o braço executivo dos **Comitês PCJ** (veja texto neste capítulo), sendo responsável pelo gerenciamento dos recursos financeiros provenientes da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos em rios de domínio do estado de São Paulo e da União, bem como dos Recursos da Compensação Financeira/Royalties do setor hidroelétrico e pela execução das ações previstas no Plano das Bacias PCJ. É uma entidade com personalidade jurídica de fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com estrutura administrativa e financeira próprias.

Entre suas atribuições estão o apoio financeiro aos planos, programas, serviços e obras aprovados pelos Comitês PCJ, a serem executados nas Bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Bacias PCJ); a capacitação de recursos humanos para o planejamento e o gerenciamento de recursos hídricos; apoio e incentivo à educação ambiental e desenvolvimento de tecnologias que possibilitem o uso racional da água; o incentivo à articulação de integrantes dos Sistemas Nacional e Estaduais de São Paulo e Minas Gerais de Gerenciamento de Recursos Hídricos com diversos atores; e o desenvolvimento de ações, no campo dos recursos hídricos, que lhe sejam delegadas ou atribuídas pelos detentores do domínio de águas públicas.

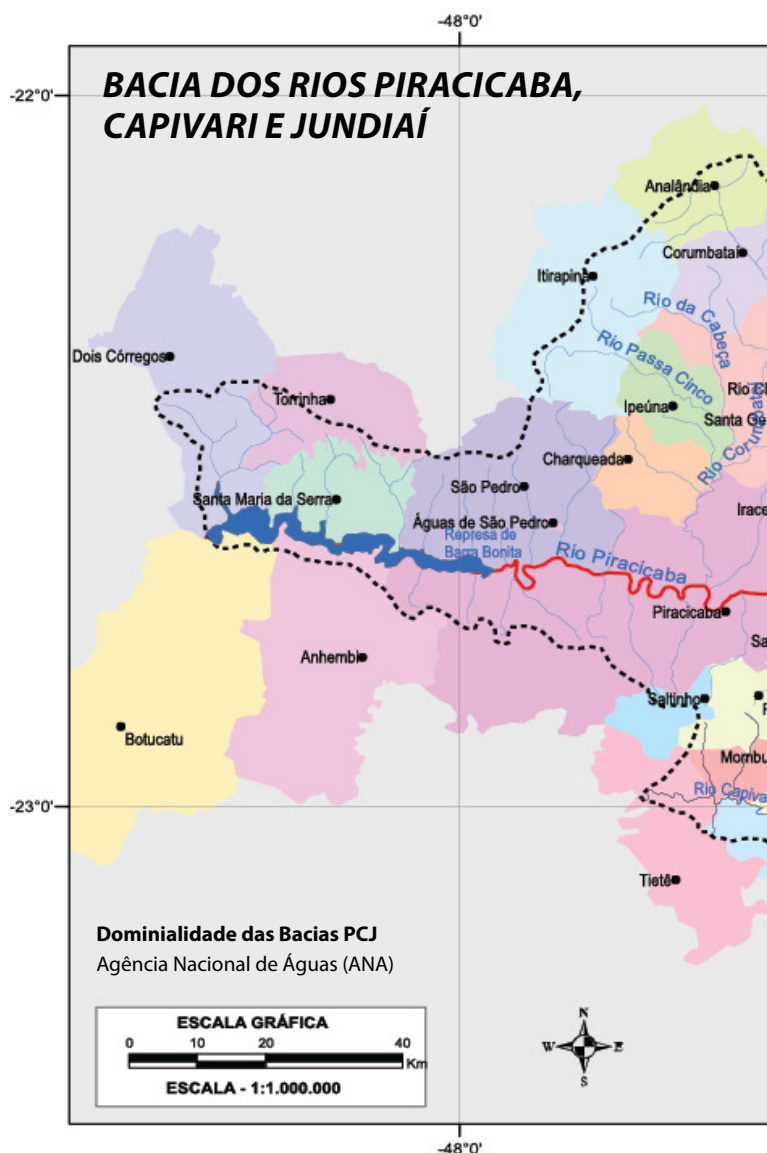
A estrutura da Agência das Bacias PCJ é composta pelo Diretor-presidente, pelas Diretorias Administrativa e Financeira, Técnica, pela Assessoria de Comunicação e por seis Coordenações (Projetos, Sistema de Informações, Gestão, Administrativa, Financeira e de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, que atua como Secretaria Executiva dos Comitês PCJ). Leia mais no texto *Principais atribuições de cada setor da Agência das Bacias PCJ*, neste capítulo.

Território de atuação

A Agência atua em 76 municípios, total ou parcialmente inseridos dentro das Bacias PCJ, localizadas nos estados de São Paulo e extremo Sul de **Minas Gerais**. Com elevado potencial econômico, estas Bacias possuem um importante parque industrial

e garantem o abastecimento de água para mais de 5,7 milhões de habitantes. A riqueza socioeconômica da região atraiu empresas de diversos segmentos e grandes universidades, gerando capital e conhecimento que demandam cada vez mais insumos para melhorias. Os recursos hídricos são, então, fonte de geração de riqueza e focos de estudos nesta área de abrangência.

A vinculação com o estado de Minas Gerais ocorre porque as nascentes dos Rios Jaguari e Atibaia, que formam o Rio Piracicaba, encontram-se na Unidade de Planejamento do Rio Piracicaba e Jaguari, localizada em território mineiro, bem como as nascentes do Rio Camanducaia.



Principais atribuições de cada setor da Agência das Bacias PCJ

A **Presidência** é a instância que representa a Agência das Bacias PCJ em várias instâncias, interna e externamente. Dentre suas principais atribuições, designa e convoca Diretorias e Conselhos para fóruns, reuniões e casos previstos no Estatuto da entidade; pratica todos os atos necessários à administração da Agência das Bacias PCJ; submete à apreciação e aprovação relatórios e documentos de prestação de contas a outras instâncias de governança, como o Conselho Deliberativo, e aos Comitês PCJ todos os atos que exijam aprovação daquele colegiado. O

presidente assina, junto com o Diretor Administrativo e Financeiro, contratos e atos que impliquem obrigações para a Agência das Bacias PCJ.

Dentre outras atribuições da **Diretoria Administrativa e Financeira**, está a administração do corpo funcional da Agência das Bacias PCJ e todos os processos inerentes, incluindo concurso público para contratação de funcionários. Esta Diretoria ainda é responsável pelo sistema de informação da entidade; tem responsabilidades de cobrança pela utilização dos recursos hídricos e de administração sobre os recursos financeiros da Agência das Bacias PCJ; e também administra a subconta do Fehidro, correspondente às Bacias PCJ.



Comitês PCJ

Os comitês de bacia são colegiados deliberativos e consultivos que promovem a gestão descentralizada e participativa em sua unidade de gerenciamento, ou seja, na sua bacia hidrográfica, com a participação do poder público (federal, estadual e municipal), dos usuários e da sociedade civil na gestão dos recursos hídricos. Os Comitês PCJ, dos quais participam 70 dos 76 municípios das Bacias PCJ, representam um conjunto de três comitês de bacias hidrográficas (CBHs) que atuam de maneira integrada: o CBH-PCJ, comitê paulista das bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí; CBH-PJ, comitê mineiro da bacia hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari; e PCJ FEDERAL, comitê federal das bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Os Plenários dos comitês são a instância de tomada de decisões, reunindo-se de três a quatro vezes ao ano para deliberar assuntos que dizem respeito ao gerenciamento dos recursos hídricos. A estrutura em 12 câmaras técnicas contribui para que todos os setores da sociedade com interesse sobre a água nas Bacias PCJ tenham representação sobre sua gestão. Mais informações podem ser verificadas no site www.comitespcj.org.br.

Já a **Diretoria Técnica** elabora, em articulação com outros órgãos, o Plano das Bacias PCJ, sendo responsável pela minuta de parecer a ser enviada ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (Cofehidro) sobre a compatibilidade de obras e serviços com o Plano. É também o setor que prepara subsídios, aos Comitês PCJ, relativos às Cobranças PCJ. A Diretoria Técnica produz ainda relatórios anuais sobre a situ-

ação dos recursos hídricos nas Bacias PCJ e é responsável por monitorar dados como o cadastro geral dos usuários, informações sobre qualidade e quantidade, acompanhar a execução dos contratos de obras e serviços contemplados com os recursos. Também assessora as câmaras técnicas e demais grupos criados pelos Comitês PCJ e apoia a consolidação dos pedidos de investimentos a serem apreciados pelos Comitês PCJ.



Rio Piracicaba, na
estagem de 2014
[Bolly Vieira]

Missões das áreas

Assessoria de Comunicação: criar, planejar, executar e acompanhar diretrizes, programas, projetos e atividades de comunicação, conectando os diversos públicos de interesse interno e externo, bem como assessorar a Presidência na comunicação institucional.

Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos: exercer as funções de Secretaria Executiva, fornecendo suporte técnico e administrativo à dinâmica operacional dos Comitês PCJ.

Administrativa: gerir, acompanhar e controlar processos de aquisição de bens e serviços, prestação de contas e suportes administrativo, jurídico, pessoal e tecnologia da informação.

Financeira: gerir e controlar a cobrança pelos usos de recursos hídricos e executar a gestão financeira, fiscal e contábil.

Sistemas de Informações: gerenciar processos relativos à aquisição, tratamento, análise e divulgação de informações estratégicas, facilitando a construção

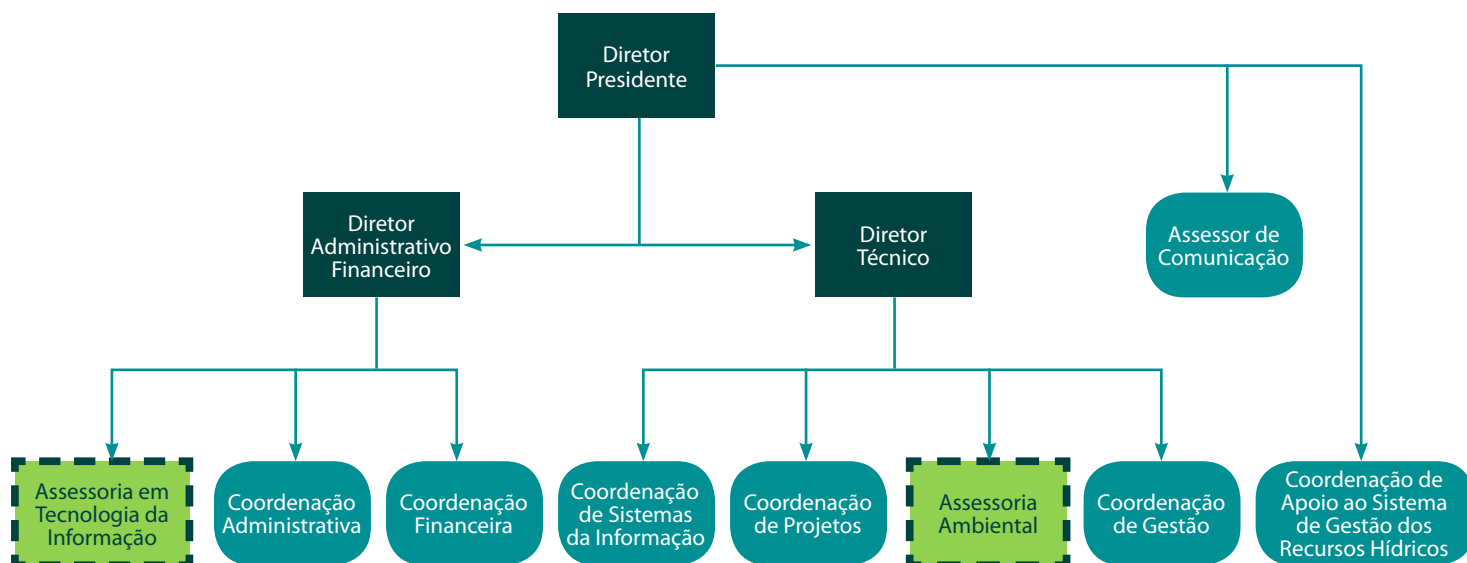
e a implantação do plano de Recursos Hídricos das Bacias PCJ.

Gestão: acompanhar, monitorar, analisar e divulgar políticas, diretrizes e normativas do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos.

Projetos: contratar, gerenciar e controlar empreendimentos de demandas espontâneas e induzidas com recursos financeiros do Fehidro e das Cobranças PCJ.

Outras áreas foram recentemente estruturadas para atender às crescentes demandas da Agência das Bacias PCJ. A Assessoria Ambiental, vinculada à Diretoria Técnica, tem o objetivo de trabalhar a Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais dos Comitês PCJ. Já a assessoria em Tecnologia da Informação (TI), vinculado à Diretoria Administrativa e Financeira, tem a finalidade de atender a todas as coordenações, assessorando no processo de implantação de novas tecnologias. As novas áreas devem ser incorporadas ao organograma da Agência das Bacias PCJ tão logo sejam aprovadas junto aos órgãos competentes.

Organograma



SUSTENTABILIDADE: UM COMPROMISSO

Além de estarem situadas em uma região com expressiva participação no Produto Interno Bruto (PIB) do país, as Bacias PCJ garantem o abastecimento de água a mais de 5,7 milhões de brasileiros que residem nessa área e para mais de 9 milhões que residem na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). A falta de gerenciamento transparente, com olhar para os aspectos ambientais, sociais e econômicos, poderia impactar de forma negativa esse território. Uma eventual indisponibilidade hídrica, por exemplo, pode afetar o desenvolvimento econômico e social da região. Nesse contexto, a atuação da Agência das Bacias PCJ, conforme diretrizes dos Comitês PCJ, tem sido cada vez mais relevante, impulsionando a instituição a aprimorar sua gestão, inserindo a sustentabilidade nos processos, projetos e em sua cultura.

Como resposta, em 2018, a Agência das Bacias PCJ se tornou a primeira agência de águas do mundo a assinar o termo de adesão ao Pacto Global da ONU. A iniciativa tem o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, entre outros, refletidos em 10 princípios universais.

A adesão a esse compromisso vai ao encontro das Declarações Corporativas da Agência das Bacias PCJ e contribui para a aplicação dos recursos públicos de forma transparente e sustentável, além de proporcionar mais eficiência e visibilidade aos trabalhos dos Comitês PCJ e da própria Agência das Bacias PCJ em relação aos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU**. Os chamados ODS compõem uma agenda mundial com 17 objetivos e 169 metas de sustentabilidade a serem alcançados até 2030.

PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DA AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ COM OS ODS



A Agência das Bacias PCJ também passou a integrar a A3P, um programa do Ministério do Meio Ambiente que estimula os órgãos públicos a implementarem, voluntariamente, práticas de sustentabilidade.



“A Agenda 2030 é uma ferramenta importante no processo de atendimento e de comprometimento para o alcance do nosso objetivo comum: melhoria da qualidade de vida nas Bacias PCJ.”

Adriana Isenburg, coordenadora da Câmara Técnica do Plano das Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ

De olho nas mudanças climáticas

As mudanças climáticas também estão no centro das atenções da Agência das Bacias PCJ, que em 2015 aderiu ao **Pacto de Paris** (veja mais no texto do box a seguir) e reforçou sua parceria com a participação na Ação Eco Cuencas, frente de atuação com foco na sustentabilidade. A iniciativa, que surgiu em 2014, uniu profissionais da Comissão Europeia e da América Latina, até 2017, no levantamento de dados e proposta de soluções para bacias hidrográficas no Brasil, Peru, Colômbia e Equador, diante das mudanças climáticas. No Brasil, a Ação teve base nas Bacias PCJ. O objetivo foi melhorar a gestão das bacias hidrográficas, implementando mecanismos de redistribuição financeira, aliados ao desenvolvimento sustentável, com foco na adaptação às mudanças climáticas.

A iniciativa foi coordenada pelo Escritório Internacional da Água (OiÁgua) e contou com orçamento da Comissão Europeia e contrapartida de parceiros, entre eles, a Agência das Bacias PCJ. As ações envolvem a avaliação participativa da situação atual e das principais necessidades em termos de gestão, para propor soluções de adaptação às mudanças climáticas nos planos de gestão.

ENTENDA O PACTO DE PARIS

O Pacto de Paris sobre a água e a adaptação às mudanças climáticas nas bacias dos rios, lagos e aquíferos também foi adotado na COP 21, tendo como objetivo central integrar a gestão da água no plano de ação contra a mudança global do clima. Dada a relevância da temática, a Rede Internacional de Organismos de Bacias (RIOB) mobilizou diversos atores-chave para a assinatura do Pacto de Paris, incluindo representantes de governos, organizações internacionais, provedores de fundos, organismos de bacias nacionais e de rios transfronteiriços, lagos ou aquíferos, autoridades locais, sociedade civil e empresas. Atualmente conta com 360 signatários de 94 países, comprometidos em promover e implementar os princípios do Pacto.

Dentre os pontos destacados no Pacto de Paris está a importância da mobilização financeira cada vez mais crescente, dedicada à adaptação aos efeitos das mudanças climáticas nas bacias hidrográficas. Dessa forma, mostra-se essencial

o reforço e financiamento aos organismos de bacias novos e já existentes, de modo a assegurar o envolvimento efetivo das partes interessadas na tomada de decisão frente às mudanças climáticas. O êxito do Pacto de Paris está, também, no seu intuito de reforçar a cooperação entre as instituições, particularmente os organismos de bacias, de modo a facilitar a transferência de conhecimentos técnicos e disseminação de boas práticas.

Para garantir a aplicação do Pacto de Paris, foram definidas as seguintes diretrizes: reforçar as capacidades e os conhecimentos; adaptar o planejamento e a gestão por bacias às mudanças climáticas; reforçar a governança; assegurar um financiamento adequado. A combinação dessas diretrizes dispostas no Pacto de Paris contribuirá não apenas no planejamento a nível local, mas também a nível internacional a partir do maior entendimento sobre os efeitos da mudança global do clima nas bacias hidrográficas.

A adesão a estas iniciativas levou a Agência das Bacias PCJ a inserir, em seu plano de trabalho, ações, metas e indicadores visando ao desenvolvimento de boas práticas relacionadas às questões de sustentabilidade, por meio da adesão à A3P, como por exemplo: o uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada dos resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos colaboradores e compras sustentáveis, entre outros. Saiba mais no texto ***Mudanças climáticas e riscos financeiros***, no capítulo Desempenho Econômico. [GRI 102-12]

Presente no Fórum Mundial da Água

Em março de 2018, a Agência das Bacias PCJ e os Comitês PCJ dividiram um espaço de mais de 200 metros quadrados com outros 20 comitês de bacias hidrográficas do Estado de São Paulo, em um estande no 8º Fórum Mundial da Água, realizado em Brasília e que contou com a participação de mais de 120 mil visitantes. Além da interação com outros comitês e delegações de diversos países, o evento foi a oportunidade de mostrar ao público as ações dos Comitês PCJ na área de recomposição florestal e políticas de proteção aos mananciais, como medidas para enfrentar os desafios e imposições colocados pelas mudanças climáticas.



Comitiva PCJ em Brasília durante o Fórum Mundial da Água em 2018

GESTÃO E ESTRATÉGIA

O principal objetivo do planejamento em recursos hídricos é garantir o bem-estar das pessoas em um ambiente ecologicamente sadio, com perspectiva de desenvolvimento sustentável para as comunidades. O Plano de Bacias é o instrumento que orienta a compatibilização entre oferta e demanda de água, em quantidade e qualidade, para todos os pontos da bacia hidrográfica.

O documento contempla elementos como diagnóstico da situação dos recursos hídricos; análise de alternativas de crescimento demográfico e ações estratégicas para gestão dos recursos hídricos da bacia. O Plano das Bacias PCJ, em processo de revisão, compreende o período de 2010 a 2020 e está disponível para consulta no *site da Agência das Bacias PCJ* (<https://plano.agencia.baciaspcj.org.br/>).

A arrecadação e o investimento dos recursos financeiros são fundamentais para o sistema de gerenciamento de recursos hídricos. Em 2006, partindo do fato de que a água é um bem finito dotado de valor econômico, as Bacias PCJ iniciaram a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, que incide sobre aspectos quantitativos, como a captação de água bruta, o consumo de água e a transposição de bacias, e qualitativos, como lançamento de efluentes.

Os valores arrecadados com estas cobranças retornam às Bacias PCJ em forma de projetos e obras que visam à melhoria em diversas áreas, como a de








esgotamento sanitário e de controle de perdas de água no abastecimento público, por exemplo. Saiba mais no capítulo *Desempenho econômico*.

Planejamento estratégico e foco na sustentabilidade

Por meio de um planejamento estratégico elaborado em 2016, a Agência das Bacias PCJ deu início a uma série de iniciativas no ano seguinte, muitas delas envolvendo processos internos, com olhar para as dimensões social, ambiental e econômica. Nesse plano, foram priorizadas sete macroações (vide quadro a seguir), consideradas impulsionadoras e de alto grau estratégico para 2017 e 2018. Algumas das principais iniciativas integrantes do plano ou oriundas das ações realizadas são descritas ao longo deste relatório.

Plano de Melhoria e Gestão

Em 2018, a Agência das Bacias PCJ iniciou a implantação das ações indicadas no Plano de Melhoria e Gestão, que deverá estar implementado no fim do primeiro semestre de 2019. Cerca de 70% das ações propostas no referido plano estão em processo de implantação, sendo elas: elaboração do Planejamento Estratégico 2019-2022; elaboração do Código de Ética; elaboração da Matriz de Risco; promoção de cursos de capacitação aos colaboradores; elaboração da avaliação de desempenho dos colaboradores; implementação

Ações de alto grau estratégico	Status
Mapeamento e descrição dos processos de trabalho com proposta de redesenho e criação de indicadores de desempenho	
Desenvolvimento da área de TI a partir da contratação de gerenciadora	
Realização de pesquisa de clima organizacional	
Realização de medidas não estruturais para melhoria de clima organizacional	
Definição da melhor alternativa de expansão (gestão para outros comitês ou prestação de serviços ou parcerias externas)	
Medidas estruturais para melhoria do clima organizacional (definição da futura sede)	
Implantação de Sistema ERP	



Concluído



Em execução

de ERP e Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED); início dos processos para a implantação da ISO 9001 e implantação de metodologia de gestão de documentos – Projeto Papel Zero.

Próximos passos

Em 2019, a Agência pretende finalizar o Plano de Ação em andamento, com iniciativas como a conclusão da gestão arquivística de documentos, fundamental para implantação do projeto ED Digital - Papel Zero (saiba mais no capítulo **Materiais**), e implementar a metodologia de custeio baseado em atividades, uma meta do contrato de gestão com a ANA, que permite visualizar o real custo de cada atividade realizada pela Agência das Bacias PCJ. Esta iniciativa está relacionada ao projeto de expansão, em que a instituição avalia a possibilidade de prestar serviços para outros comitês ou firmar parcerias externas.

Outro desafio para o período está relacionado à implantação da ISO 9001:2015, norma internacional que estabelece requisitos para o Sistema de Gestão da Qualidade. O objetivo da Agência com essa certificação – expresso como meta no contrato de gestão com a ANA – é aprimorar e padronizar os processos e procedimentos, na busca pela excelência no atendimento das demandas dos Comitês PCJ como Secretaria Executiva e de apoio ao planejamento na gestão dos recursos hídricos. Em 2018, foi realizado um diagnóstico da atual situação dos processos e procedimentos na instituição e os resultados mostraram que mais de 50% do que é exigido pela Norma já é aplicado.

Atualmente, encontra-se em fase de elaboração um novo planejamento estratégico para o período de 2019-2022, baseado no *Balanced Scorecard* (BSC) - na tradução para o português, Indicadores Balanceados de Desempenho. O BSC é uma metodologia que pressupõe que os indicadores para a gestão estratégica de uma organização devem ir além das informações econômicas ou financeiras, representando uma importante ferramenta de gestão voltada para a sustentabilidade.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Uma estrutura sólida e transparente e as boas práticas de governança permitem às

organizações a adequada prestação de contas por parte de seus órgãos de composição, seus integrantes e administradores relevantes no processo de tomada de decisão. A aprovação das contas anualmente pelos órgãos de governança e de controle externo, por exemplo, é um indicador de credibilidade e transparência na atuação da Agência das Bacias PCJ, que teve todas as contas aprovadas nos últimos 10 anos.

A Agência das Bacias PCJ busca constantemente adotar os princípios básicos da Governança Corporativa, como transparência, prestação de contas e responsabilidade corporativa. Para alguns processos, segue as boas práticas do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), como a realização de reuniões de equipes, com instrumentos de convocação, atas e deliberações, entre outros. Saiba mais sobre a estrutura de governança e atribuições dos órgãos nas próximas páginas.

Prestação de contas e transparência

A instituição realiza prestação de contas para oito diferentes instâncias, com periodicidades que variam de acordo com as regras de cada uma. São elas:

1. Agência Nacional de Águas (ANA),
2. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE),
3. Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP),
4. Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro),
5. Comitês PCJ,
6. Conselho Deliberativo da Agência das Bacias PCJ,
7. Conselho Fiscal da Agência das Bacias PCJ,
8. Auditoria Independente (contratada por meio de processo licitatório).

A disponibilização de informações sobre suas ações e atividades para as partes interessadas é feita de forma proativa e não apenas atendendo ao cumprimento de leis ou regulamentos. A adesão ao

Sistema Integrado de Informações ao Cidadão do Estado de São Paulo (SIC.SP), em 2018, também endossa a transparência na comunicação com os *stakeholders*, ou seja, as partes interessadas. O SIC.SP é um sistema do Arquivo Público do Governo do Estado de São Paulo no qual é possível solicitar documentos e dados dos órgãos e entidades da Administração Pública Paulista.



Rio Jaguari em Pedreira
[Profilh Rhama]

A Agência busca constantemente adotar os princípios básicos da Governança Corporativa como transparência, prestação de contas e responsabilidade

Código de Ética reforça gestão voltada à sustentabilidade

Em 2018, a Agência das Bacias PCJ lançou seu Código de Ética. A iniciativa, que representa um importante passo no aprimoramento da gestão voltada à sustentabilidade, surgiu de uma demanda apontada na Pesquisa de Clima Organizacional e também a partir de uma auditoria da ANA, ambas realizadas em 2017, que avaliou o nível de maturidade de controles internos da instituição, gerando o Plano de Melhoria e Gestão (*veja mais em Gestão e Estratégia*).

O Código de Ética da Agência das Bacias PCJ reflete a cultura comportamental adotada na instituição com base em suas Declarações Corporativas (Missão, Visão e Valores). O documento, elaborado com a participação de colaboradores de diferentes áreas e níveis hierárquicos, contempla os princípios desejados de atuação, que devem estar presentes nas relações entre colaboradores e também com os parceiros externos da organização. Leia mais no capítulo **Anticorrupção**. [\[GRI 102-17\]](#)

Estrutura de governança

A estrutura de governança da Agência das Bacias PCJ é formada pelo Conselho Deliberativo, Diretoria e Conselho Fiscal.

As normas de organização e funcionamento dos órgãos e as atribuições dos respectivos dirigentes estão detalhadas no Estatuto da Agência das Bacias PCJ. Os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal são indicados pelas respectivas entidades eleitas e estes exercem seus mandatos de forma voluntária, por período de dois anos. [\[GRI 102-18\]](#)

Formação e atribuições dos órgãos

Órgão de governança	Formação	Atribuições
Conselho Deliberativo	<p>18 membros, distribuídos nas seguintes categorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 5 permanentes, indicados pelo Governo do Estado de São Paulo, representando 5 secretarias de estado; • 1, indicado pelo Governo do Estado de São Paulo, entre os usuários de redes, indicados pelo Governo do Estado de São Paulo. São permanentes os membros designados cursos hídricos; • 12 eletivos, membros indicados pelos Comitês PCJ, seus integrantes ou não, dentre representantes dos seguintes segmentos: <ul style="list-style-type: none"> ✓ 6 representantes dos Municípios das Bacias PCJ, eleitos por seus pares no segmento; ✓ 6 representantes da sociedade civil, eleitos por seus pares no segmento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprova os planos de trabalho e a proposta orçamentária para o exercício seguinte; • Aprova o Plano Estratégico e os respectivos planos plurianuais de investimentos, observadas as deliberações dos Comitês PCJ; • Define a orientação geral das atividades da Agência das Bacias PCJ, observadas as deliberações dos Comitês PCJ.
Diretoria	<p>Um Diretor-presidente e dois diretores - um Diretor administrativo-financeiro e um Diretor técnico -, por ele designados, aprovados pelo Conselho Deliberativo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanha a execução do orçamento; • Delibera sobre a guarda, aplicação e movimentação dos bens da Agência; • Opina sobre políticas gerais de investimento, receita patrimonial e liquidez, que devam ser submetidas ao Conselho Fiscal; • Submete à aprovação do Conselho Deliberativo: o plano de classificação de cargos e salários e o respectivo sistema de carreira; o Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos e de Desenvolvimento Organizacional (anualmente); os orçamentos e planos plurianuais de investimentos que integrarão o plano estratégico; e o plano de trabalho (anualmente) para o exercício seguinte e a correspondente proposta orçamentária.
Conselho Fiscal	<p>Constituído por 3 membros e respectivos suplentes, respeitada a paridade entre o Estado, os municípios e a sociedade civil.</p>	<p>Acompanha os atos da administração da Agência e verifica o cumprimento das normas legais, nos termos previstos no Estatuto – disponível no site: www.agencia.baciaspcj.org.br</p>





DESEMPENHO ECONÔMICO

- Desde o início da Cobrança PCJ Federal, do total arrecadado, **95%** já foram **efetivamente contratados** e **80%** foram **desembolsados**
- Em 2018, **12%** da receita da Cobrança PCJ Paulista foi proveniente da **recuperação de débitos**, o que representa cerca de **R\$ 2,5 milhões**
- A **taxa de inadimplência foi reduzida** de 30% em 2016 para 3%, em 2018

Itens de divulgação GRI reportados neste capítulo:

201-Desempenho econômico, 201-1, 201-2, 102-45

DESEMPENHO ECONÔMICO



“A Agência das Bacias PCJ funciona como uma empresa, com toda sua estrutura administrativa, mas com recursos financeiros públicos. E tudo isso passa por auditorias e prestações de contas feitas de forma totalmente transparente. Além disso, equilibrar as contas é essencial para conseguirmos efetivar os projetos de forma positiva e manter todas as estruturas da Agência em funcionamento.”

Luiz Alberto Buschinelli Carneiro, Presidente do Conselho Fiscal da Agência das Bacias PCJ e representante da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo nos Comitês PCJ.

ÁGUA: UM BEM FINITO E DE VALOR ECONÔMICO

Entre os anos de 1994 a 2006, os recursos financeiros disponíveis eram provenientes somente da Compensação Financeira/Royalties do setor hidroelétrico, que se mantém até hoje. Em 2006, foi implementada nas Bacias PCJ a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio federal e estaduais de São Paulo e Minas Gerais. Por conta de sua escassez em quantidade e deficiências na qualidade, a água passou a ter valor econômico, o que contribuiu para a adoção de um novo paradigma para sua gestão, que compreende a utilização de instrumentos regulatórios e econômicos, como a cobrança pelo seu uso. Essa cobrança tem como objetivos dar ao usuário uma indicação do real valor da água, incentivar o uso racional deste recurso e obter aporte financeiro para recuperação das bacias hidrográficas.

A implantação efetiva da cobrança pelo uso dos recursos hídricos teve início em janeiro de 2006 nas Bacias PCJ, em rios de domínio da União (Cobrança PCJ Federal). Em 2007, começou a cobrança pelo uso dos recursos em rios de domínio do Estado de São Paulo (Cobrança PCJ Paulista) e, em 2010, a mesma medida foi adotada na parte mineira das Bacias PCJ pelo Estado de Minas Gerais (Cobrança PCJ Mineira). Elas são calculadas levando em consideração os volumes de água captados (água superficial e

subterrânea), os volumes de água consumidos, a transposição de bacias e a carga orgânica (DBO, sigla para Demanda Bioquímica de Oxigênio) lançada nos corpos d'água.

A arrecadação e o gerenciamento da Cobrança Estadual Mineira nas Bacias PCJ não são feitas pela Agência das Bacias PCJ, uma vez que a instituição não exerce o papel de Entidade Equiparada. Quem exerce este papel em relação aos recursos em questão é o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). [\[GRI 201-Desempenho econômico\]](#)

Aplicação dos recursos financeiros

A arrecadação e o investimento dos recursos financeiros são extremamente importantes para o sistema de gerenciamento de recursos hídricos. O objeto das obras, dos planos e dos projetos contratados, com recursos financeiros das Cobranças PCJ e da Compensação Financeira/Royalties do setor hidroelétrico, deve atender ao estabelecido no Plano das Bacias PCJ e o deliberado pelos Comitês PCJ.

Sistema integrado para a Cobrança PCJ Paulista

Os cadastros de usuários são relevantes para a gestão de recursos hídricos na medida em que promovem o conhecimento sobre a demanda de água

na bacia hidrográfica. Eles são uma fonte de informação para os instrumentos de gestão, como a cobrança, a outorga, a fiscalização e o enquadramento dos corpos d'água. [\[GRI 201-Desempenho econômico\]](#)

Em 2018, a Agência das Bacias PCJ deu início ao desenvolvimento de um novo sistema de cadastro de usuários e cálculo de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos. O cadastro da Cobrança PCJ Paulista é de responsabilidade da Agência da Bacias PCJ, porém, o cadastro da Cobrança PCJ Federal é de responsabilidade da ANA.

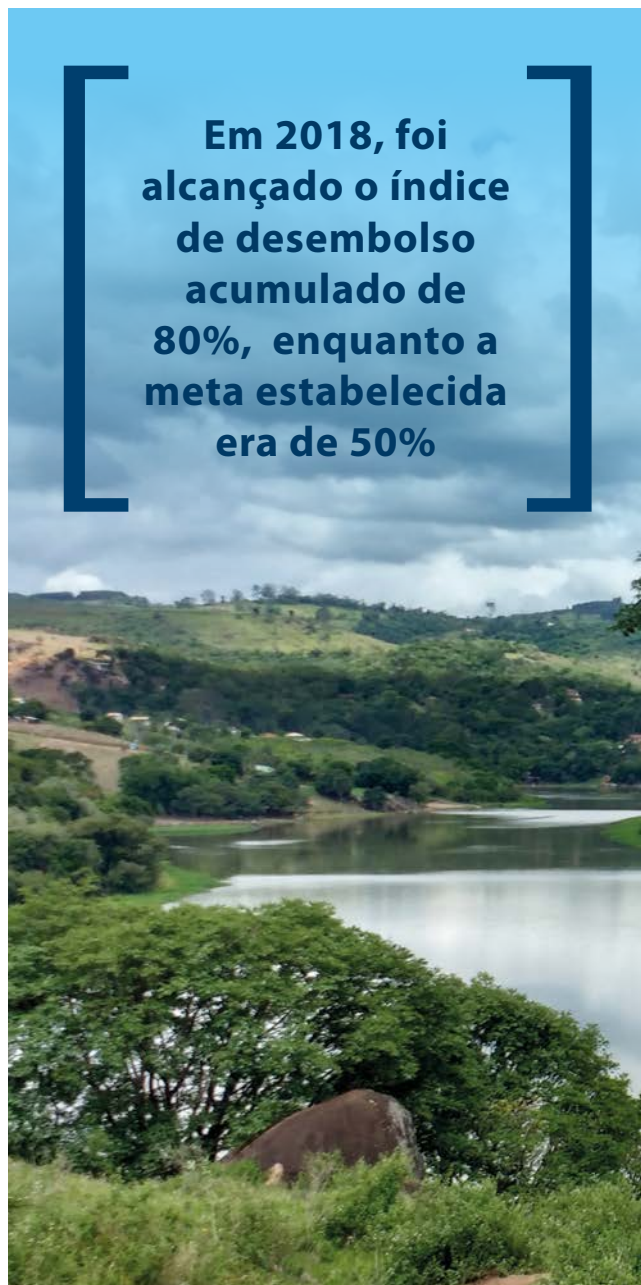
O projeto do novo sistema de cobrança terá ferramentas que permitirão o envio de informações por parte do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE) e por parte da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) para alimentar a base cadastral, com a finalidade de viabilizar o cálculo da Cobrança PCJ Paulista. Esse projeto foi iniciado em 2018 e deve ser finalizado em 2019. A ideia é favorecer a integração entre os órgãos, tornando a troca de informações mais ágil e segura. Quanto à Cobrança PCJ Federal, atualmente, a arrecadação é realizada pela ANA, que repassa 100% dos valores arrecadados para a Agência das Bacias PCJ.

Iniciativa contribui para a recuperação de débitos

A queda nas arrecadações pode ocorrer devido à redução do volume de água captado; diminuição do consumo por parte dos usuários pagadores das cobranças; além do considerado aumento dos índices de tratamento de esgoto doméstico, que reduz o lançamento de carga orgânica e, conseqüentemente, a arrecadação; ou ainda em função do aumento do índice de inadimplência.

Iniciativas implantadas nos últimos anos pela Agência das Bacias PCJ tiveram foco na minimização da inadimplência, por meio da intensificação do trabalho da equipe de cobrança da Agência das Bacias PCJ, com o objetivo de regularizar os débitos pendentes junto aos usuários, que recuperaram valores referentes a exercícios anteriores a 2018.

Em 2017, a Agência das Bacias PCJ iniciou a inclusão dos usuários inadimplentes no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e



Em 2018, foi alcançado o índice de desembolso acumulado de 80%, enquanto a meta estabelecida era de 50%

Entidades Estaduais, o Cadin Estadual, ferramenta que também auxiliou no processo de recuperação e negociação dos débitos.

Em 2018, 12% da receita da Cobrança PCJ Paulista foi proveniente da recuperação de débitos. A taxa de inadimplência reduziu de 30% em 2016 para 3% em 2018. Em complemento às medidas adotadas para a recuperação dos débitos, a Agência das Bacias PCJ passou a incluir os inadimplentes no Sistema de Dívida Ativa do Estado de São Paulo.

Valor econômico direto gerado e distribuído (R\$)

[GRI 102-45] [GRI 201-1]

DESTINAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
Remuneração do trabalho (pessoal encargos e benefícios) - Cobrança PCJ Federal	851.250,78
Remuneração do trabalho (pessoal encargos e benefícios) - Cobrança PCJ Paulista	879.444,13
Participação dos empregados	0,00
Impostos, Taxas e contribuições (Cobrança PCJ Federal)	57,00
Impostos, Taxas e contribuições (Cobrança PCJ Paulista)	443.679,82
Impostos, Taxas e contribuições (Secret. Exec. Comitês PCJ - FEHIDRO)	7.493,33
Impostos, Taxas e contribuições (Ação Eco Cuencas)	0,00
Impostos, Taxas e contribuições (Ação Fórum Mundial da Água)	2.099,59
Capital de terceiros	
Despesas financeiras (Cobrança PCJ Paulista)	62.483,30
Despesas financeiras (Secret. Exec. Comitês PCJ - FEHIDRO)	90,44
Despesas financeiras (Ação Eco Cuencas)	0,00
Despesas financeiras (Ação Fórum Mundial da Água)	38,80
Aluguéis/Condomínios pagos (Cobrança PCJ Federal)	72.741,56
Aluguéis/Condomínios pagos (Cobrança PCJ Paulista)	140.268,97
Superávit ou Déficit do exercício (Cobrança PCJ Paulista)	558.512,22
Total do Valor Destinado	3.018.159,94

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) apresenta a contribuição da Agência das Bacias PCJ para a geração de riqueza na economia, no exercício de 2018, e sua respectiva distribuição para os empregados, governo, terceiros, dentre outros stakeholders.

Em 2018, a DVA da Agência das Bacias PCJ alcançou R\$3.018.159,94, com aumento de 5,38% em relação ao exercício de 2017, quando foi distribuído R\$2.864.159,23.

Desembolso de recursos da Cobrança PCJ Federal (R\$)

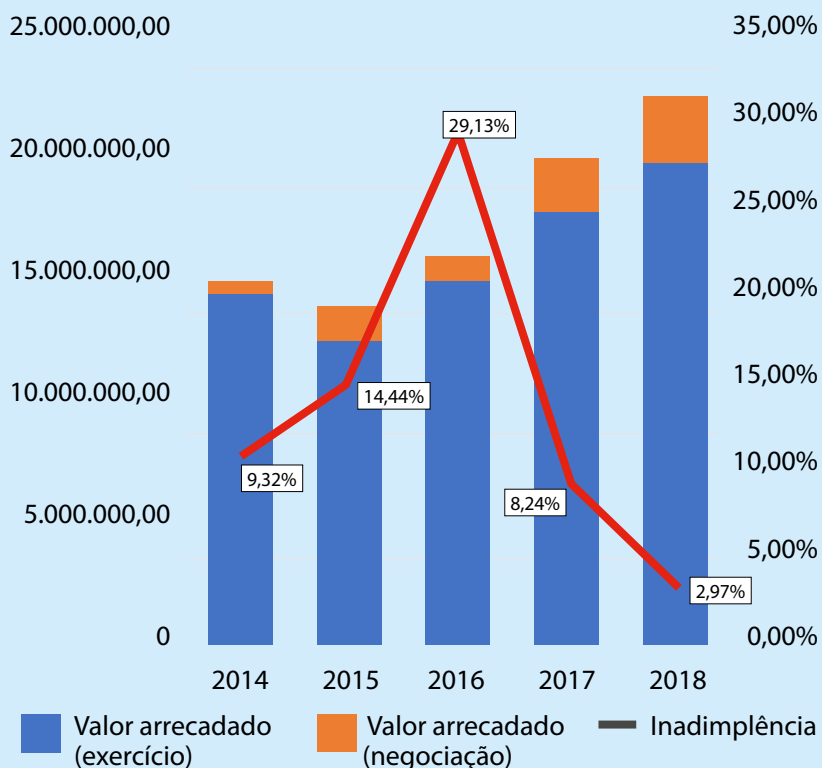
Período (ano)	Repasse + rendimento (acumulado)	Desembolso (Acumulado)	Índice de desembolso acumulado	Meta
2011	107.565.117,77	41.248.981,35	38,00%	_*
2012	129.828.827,76	65.697.553,74	51,00%	30%
2013	151.121.795,76	85.648.818,70	57,00%	30%
2014	174.106.737,50	102.900.039,28	59,00%	35%
2015	194.664.687,86	124.452.850,09	64,00%	35%
2016	212.478.336,26	147.676.542,83	70,00%	40%
2017	235.702.009,07	173.784.179,67	74,00%	45%
2018	259.368.278,73	206.535.642,55	80,00%	50%

*Para o exercício 2011, não havia meta de desembolso estabelecida no Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011.

Desde 2011, a Agência das Bacias PCJ assinou o Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 para exercer as funções de Agência de Água em rios de domínio da União nas Bacias PCJ. Uma das metas do referido contrato é o desembolso acumulado dos recursos da Cobrança PCJ Federal em relação ao repasse realizado pela ANA e os rendimentos de aplicação financeira de tais recursos.

Pode-se observar que a Agência das Bacias PCJ tem cumprido satisfatoriamente a meta, sendo que, em 2018, foi alcançado o índice de 80%, enquanto a meta estabelecida era de 50%. Tal desempenho está associado à evolução das contratações realizadas pela Agência das Bacias PCJ nos últimos anos, bem como na agilidade da execução dos empreendimentos de demanda espontânea por parte dos municípios tomadores de recursos da Cobrança PCJ Federal.

Dados sobre a arrecadação e inadimplência da Cobrança PCJ Paulista



Mudanças climáticas e riscos financeiros

As mudanças climáticas em curso, juntamente com a ação do homem sobre a natureza e o crescimento populacional, trazem como consequência alterações nos períodos de chuva, intensificando os eventos climáticos extremos (chuvas e secas), o que interfere na infiltração da água no solo e, consequentemente, no regime hídrico das nascentes, córregos e rios e nas águas subterrâneas.

Nos últimos anos, em especial entre 2014 e 2015, as mudanças climáticas tiveram grande influência nos recursos hídricos nas Bacias PCJ. A crise hídrica causou uma significativa interferência na economia local, devido à redução no volume de água captado pelos usuários de recursos hídricos, resultando, assim, na diminuição dos recursos financeiros obtidos com as cobranças pelos usos da água.

Embora a Agência das Bacias PCJ não tenha desenvolvido análise de riscos decorrentes das

mudanças climáticas, a instituição coloca o tema como prioritário em sua gestão e conta com importantes instrumentos para isso. Um deles é o Plano das Bacias PCJ, que decorre de um trabalho de análise e estudos da situação das bacias hidrográficas em diversos critérios, incluindo qualidade e disponibilidade de água. Entre as medidas práticas de adaptação às mudanças climáticas já colocadas em curso está a Ação Eco Cuencas, que vem atuando desde 2014 na região das Bacias PCJ. Este trabalho, de cunho internacional, visa à melhoria da gestão das bacias hidrográficas, por meio de mecanismos de redistribuição financeira, aliados ao desenvolvimento sustentável, desenvolvimento de projetos para tratamento de efluentes, reúso de água e boas práticas. Outra importante ação realizada envolve as melhorias na rede de monitoramento hidrológico, que aprimoram o controle das vazões dos principais trechos de rios das Bacias PCJ constantemente monitorados pela Sala de Situação/DAEE. [GRI 201-2]





Pôr do Sol em Santa Maria da
Serra/Rio Piracicaba
[João Prudente]





IMPACTOS ECONÔMICOS INDIRETOS

- **R\$ 24 milhões** somaram os recursos provenientes das **Cobranças PCJ e Compensação Financeira/Royalties do setor hidroelétrico** deliberados para benfeitorias aos municípios em 2018
- Aumento do número de **demandas induzidas**: trabalho focado em **ações prioritárias** constantes no Plano das Bacias PCJ
- **Reenquadramento do Rio Jundiaí para classe 3**: água própria para abastecimento doméstico, após tratamento convencional

Itens de divulgação GRI reportados neste capítulo:
203-Impactos econômicos indiretos, 203-1

IMPACTOS ECONÔMICOS INDIRETOS



“ Os projetos desenvolvidos pela Agência passam primeiramente pelas câmaras técnicas que, por sua vez, representam as demandas da própria sociedade. Ou seja, todas as ações desenvolvidas pela Agência são, direta ou indiretamente, uma resposta às necessidades das comunidades. ”

Paulo Roberto Sveligowski Tinel, Presidente do Conselho Deliberativo da Agência das Bacias PCJ, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae) e consultor técnico da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento (Sanasa).

GERAÇÃO DE VALOR PARA O TERRITÓRIO

Ao ser a responsável por gerenciar os recursos financeiros de uma região hidrográfica como as Bacias PCJ, a Agência das Bacias PCJ assume um importante papel na dinâmica socioeconômica da região. É uma área que se estende por 76 municípios e ocupa uma região com elevado potencial econômico, um importante parque industrial, e onde as bacias abastecem mais de 5,7 milhões de habitantes.

Os recursos financeiros provenientes das Cobranças PCJ e da Compensação Financeira/Royalties do setor hidroelétrico, a partir de deliberação dos Comitês PCJ, são aplicados em projetos de demandas induzidas ou espontâneas, ambas em atendimento às ações descritas no Plano das Bacias PCJ. Deman-

das espontâneas englobam recursos financeiros para atender a projetos apresentados por tomadores (prefeituras, serviços de saneamento, instituições não governamentais e universidades, entre outros), visando atender às suas necessidades específicas. Demandas induzidas referem-se a recursos financeiros para atender a projetos de caráter estratégico, considerados prioritários e de interesse dos Comitês PCJ. Para os projetos de demanda induzida, a Agência das Bacias PCJ é a executora das ações.

Os projetos, sejam de demanda espontânea ou induzida, proporcionam impactos positivos às comunidades onde são executados. Como exemplo, na área de saneamento, resultam em um considerável aumento nos índices de coleta e tratamento do esgoto urbano, o que influencia no desenvolvimento econômico das Bacias PCJ. Além disso, as contratações de fornecedores para a execução dos projetos também geram emprego e renda, movimentando a economia dos municípios das Bacias PCJ. [GRI 203-Impactos econômicos indiretos] [GRI 203-1]

Recursos Financeiros deliberados pelos Comitês PCJ

Em 2018, cerca de R\$24,3 milhões foram deliberados pelos Comitês PCJ para a execução de empreendimentos nos municípios, somados os recursos financeiros provenientes das Cobranças PCJ e da Compensação Financeira/Royalties do setor hidroelétrico. Mais informações sobre os empreendimentos deliberados, acesse www.comitespcj.org.br - Deliberação Comitês PCJ nº 299/2018.



Paisagem em Sapucaí Mirim - Minas Gerais [Bolly Vieira]

Uma nova era para o Rio Jundiaí

O Rio Jundiaí, que já foi considerado um dos mais poluídos do Estado de São Paulo, é o primeiro do país a ter sua classe de qualidade reenquadrada para melhor. O rio, que banha uma das regiões mais industrializadas do estado, com cerca de um milhão de pessoas, passou por um processo de despoluição de mais de três décadas de estudos, projetos e investimentos, feitos pelas prefeituras e indústrias da região, bem como investimentos realizados por intermédio dos Comitês PCJ e Agência das Bacias PCJ.

Em 1977, o rio era classificado como de **classe 4**, a de pior qualidade. A partir da mobilização de diversos atores sociais e ações financiadas com recursos deliberados pelos Comitês PCJ para vários municípios, o rio foi enquadrado na classe de uso 3, que permite o uso para abastecimento doméstico,

após tratamento convencional. Entre as iniciativas, destacam-se a construção de estações de tratamento de esgoto em todas as cidades que despejavam resíduos domésticos e industriais, maior rigor da fiscalização, e ações de preservação da mata às margens do rio.

Atualmente, as águas dos 128 quilômetros do Rio Jundiaí, desde a nascente, em Mairiporã, até a foz, no Rio Tietê, em Salto, passaram a ser consideradas próprias para o abastecimento.

Leia mais em (<http://www.agenciapcj.org.br/docs/ecocuencas/revista-acao-ecocuencas-2017-port.pdf>)

A Resolução Conama 357/2005 estabelece as classes de qualidade para as águas doces, salobras e salinas, da pior qualidade (classe 4) para as melhores (classe 1 e classe especial).



Rio Jundiaí, na cidade de Jundiaí [Solução]



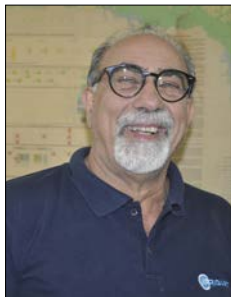


PRÁTICAS DE COMPRAS

- Fornecedores, parceiros fundamentais:
126 fornecedores em 2018
- **Foco na contratação local:** 67% dos fornecedores estão localizados na área de abrangência das Bacias PCJ
- 2018: **R\$ 14 milhões** para contratação de fornecedores

Itens de divulgação GRI reportados neste capítulo:
102-9, 102-10, 204-Práticas de compras, 204-1

PRÁTICAS DE COMPRAS



“Prestar serviços para a Agência das Bacias PCJ é motivo de orgulho para a Irrigart. O volume acumulado de estudos e projetos de prestação de serviços à Agência gera uma riqueza de acervo técnico no segmento da engenharia ambiental e, principalmente, na engenharia de recursos hídricos, de inestimável valor. Orgulhamo-nos muito de sermos uma das empresas pioneiras no trato das questões ambientais das Bacias PCJ, com sede na própria bacia hidrográfica. Esse fato agrega valor e conhecimento à nossa marca.”

Antonio Melhem Saad, Diretor e Responsável Técnico pela Irrigart Engenharia e Consultoria em Recursos Hídricos e Meio Ambiente.



“Sem dúvida alguma prestar serviços para a Agência das Bacias PCJ é motivo de muita honra para nós, principalmente por sermos uma empresa de pequeno porte. A Agência é uma grande vitrine pelos relevantes trabalhos que presta à sociedade, pois faz com que sejamos reconhecidos em toda a região. Nossa equipe fica sempre muito motivada quando realiza algum projeto para ela, pois sabemos que é algo benéfico para a sociedade e para o meio ambiente.”

Evandro Souza Evangelista, proprietário da empresa Manifesta Eventos.

FORNECEDORES: PARCEIROS FUNDAMENTAIS PARA O ATENDIMENTO DAS DEMANDAS

Nos últimos anos, a Agência das Bacias PCJ vem aumentando a contratação de serviços especializados para atender à resolução que estabelece que todas as ações prioritizadas do Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ 2017-2020) devem ser de sua responsabilidade. As contratações – de assessorias técnicas especializadas – visam apoiar no gerenciamento e acompanhamento técnico das ações, uma vez que seu corpo técnico não é suficiente para atendimento da demanda. [\[GRI 102-10\]](#)

As contratações de fornecedores pela Agência das Bacias PCJ são feitas por processos licitatórios,

nos quais são considerados critérios técnicos, administrativos e legais. Para valores de contratos de até R\$ 80 mil, a Agência das Bacias PCJ segue o que estabelece a Lei Complementar 123/06, artigos 47 e 48, que permite, nestes casos, o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte. Assim, a instituição tem a oportunidade, como estabelece a legislação, de contribuir com o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, com a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. [\[GRI 204-Práticas de compras\]](#)

Cadeia de fornecimento

Os fornecedores da Agência das Bacias PCJ são empresas prestadoras de serviços e consulto-

res, bem como instituições de ensino e pesquisa, contratados por processo licitatório. A característica de trabalho dos principais fornecedores é a prestação de serviços especializados para a gestão dos recursos hídricos. Em dezembro de

2018, a instituição mantinha contrato com 126 fornecedores, sendo 72 classificados como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI). [\[GRI 102-9\]](#) [\[GRI 204-1\]](#)

Proporção de gastos com fornecedores em 2018

Total de fornecedores: 126

Total de gastos: **R\$ 14 milhões**

84 localizados na **área de abrangência**
das Bacias PCJ (**65** de **Piracicaba**)

Fornecedores ME, EPP, EIRELI: 72

Total de gastos: quase **R\$ 4 milhões**

57 localizados na **área de abrangência**
das Bacias PCJ (**41** de **Piracicaba**)





ANTICORRUPÇÃO

- Em 2018, a Agência das Bacias PCJ elaborou seu **Código de Ética**
- Até dezembro de 2018, **100% dos colaboradores** haviam sido comunicados sobre o Código de Ética
- Adesão ao **Pacto Global da ONU** reforça conduta anticorrupção

Itens de divulgação GRI reportados neste capítulo:
205-Anticorrupção, 205-2

ANTICORRUPÇÃO



“Ao aderir ao Pacto Global da ONU e adequar seu Relatório Institucional segundo a metodologia GRI, a Agência das Bacias PCJ assume o compromisso de internalizar práticas e procedimentos de integridade (Lei 12.846/13) e de combate a corrupção, em todas as suas formas e, ainda, de promover ações efetivas para a melhoria da sustentabilidade socioambiental, especialmente voltadas ao acesso, à quantidade e à qualidade da água, reforçando seu propósito de agir, com ética e responsabilidade, no cumprimento de sua missão e nos caminhos para o atendimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).”

Alexandra Faccioli Martins, Promotora de Justiça – Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente – Núcleo PCJ-Piracicaba – Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP).

CONDUTA ÉTICA ORIENTA ATUAÇÃO DA AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ

Os mercados, normas internacionais e grupos de partes interessadas esperam que as organizações demonstrem seu compromisso com a integridade, a governança e as práticas corporativas responsáveis. A corrupção em todas as suas modalidades está amplamente ligada a impactos negativos na sociedade, seja em relação à pobreza em economias de transição, a danos ao meio ambiente, ao abuso de direitos humanos, da democracia, à alocação indevida de investimentos e ao descumprimento de leis.

A Agência das Bacias PCJ entende que uma organização só é capaz de gerar vínculos sustentáveis e de confiança com seus diferentes públicos de relacionamento quando tem uma forte cultura e princípios de conduta ética, amplamente praticados por todos os que fazem parte dela. Em 2018, deu um passo definitivo nessa direção: apresentou o seu Código de Ética, documento que materializa os valores que devem nortear os relacionamentos e orientar o cumprimento da missão da instituição. Esse documento também é a afirmação de que a Agência das Bacias PCJ atua em consonância com sua visão de futuro de ser reconhecida pela sociedade pela

eficiência e eficácia na construção de soluções para as políticas de recursos hídricos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

O Código foi compartilhado com todos os colaboradores da Agência das Bacias PCJ, incluindo funcionários, terceirizados e estagiários. Para 2019, além da divulgação para integrantes dos órgãos de governança e público externo, está prevista uma rodada de capacitação interna junto aos colaboradores, visando a ampliar o entendimento e assegurar seu cumprimento. [\[GRI 205-2\]](#)

A adesão ao Pacto Global da ONU, também em 2018, reforça o compromisso da Agência das Bacias PCJ com a ética nos relacionamentos. A iniciativa, cujo objetivo é mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção de valores fundamentais e internacionalmente aceitos, tem **um de seus 10 princípios** focados no combate à corrupção. [\[GRI 205-Anticorrupção\]](#)

Princípio 10: As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.



Formação do Rio
Piracicaba - Atibaia e Jaguari
[Tomas May]





MATERIAIS

- Projeto ED Digital - **Papel Zero**: compromisso com os recursos naturais
- Desenvolvimento de ações para a implementação da **Gestão Arquivística de Documentos** com um dos pré-requisitos para Projeto ED Digital - Papel Zero
- **Construção da sede**: projeto de construção sustentável, com base na Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

Item de divulgação GRI reportado neste capítulo:
301-Materiais

MATERIAIS



“A atuação voltada à sustentabilidade, na Agência das Bacias PCJ, tem se consolidado cada vez mais nos últimos anos. Estamos aprimorando nossos processos internos com esse olhar, e o Papel Zero é um exemplo de iniciativa de cunho sustentável, que traz contribuições não apenas do ponto de vista ambiental e econômico, já que, ao promover a redução de custos com impressão, gera uma economia de recursos públicos. Também acredito que estamos no caminho certo ao planejar uma sede própria em instalações modernas, com projeto de construção sustentável. São iniciativas de cunho interno que demonstram que a sustentabilidade começa dentro da Agência.”

Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, Diretora Técnica da Agência das Bacias PCJ.

SUSTENTABILIDADE COMEÇA “DENTRO DE CASA”

Comprometida com a preservação dos recursos naturais, a Agência das Bacias PCJ vem aprimorando a gestão da sustentabilidade nos últimos anos. Ciente de sua responsabilidade, a instituição insere esse compromisso em sua rotina e em seus processos, com iniciativas voltadas à redução do uso de papel e ao planejamento para a sede da instituição, que prevê a construção sustentável. [\[GRI 301-Materiais\]](#)

Projeto ED DIGITAL - Papel Zero

Reduzir o uso de papéis é um desafio enfrentado atualmente por muitas organizações. Em uma instituição como a Agência das Bacias PCJ não é diferente, especialmente ao se considerar a grande quantidade de informação que faz parte da rotina interna diária. Em 2018, a partir de uma iniciativa da ANA de redução do uso de papel primeiramente na entidade, e que, depois, foi estendida às Entidades Delegatárias (EDs), a Agência das Bacias PCJ deu início ao projeto ED Digital - Papel Zero, que foi pautado como meta no contrato de gestão celebrado com a ANA.

O projeto começou em março, com a contratação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) para a realização de estudos e pesquisas

para elaboração e acompanhamento da implantação da metodologia de gestão de documentos. A segunda fase compreendeu a aquisição de equipamentos de informática, como monitores de tela dupla, *scanners* e 50 computadores com recursos tecnológicos avançados. Os próximos passos estão relacionados a contratações de certificado digital e gerenciador eletrônico de documentos. Do montante de R\$ 625 mil disponibilizados pela ANA para o projeto, foram investidos R\$ 525 mil em 2018.

**Dos R\$ 625 mil
disponibilizados pela ANA
para o projeto Papel Zero,
foram investidos
R\$ 525 mil em 2018**

O projeto veio ao encontro dos trabalhos que já estavam sendo desenvolvidos internamente, no que se refere ao mapeamento e redesenho de processos, com o intuito de agilizar procedimentos internos, proporcionando mais fluidez às atividades e também para atender aos requisitos da Norma ISO 9001, que

será implantada a partir de 2019 (veja mais no texto Próximos passos, em **Gestão e Estratégia**). Com isso, a Agência das Bacias PCJ consegue substituir documentos e processos em papel para o formato digital, reduzindo custos com impressão, gerando economia de recursos públicos, e contribuindo com o meio ambiente.

Construção sustentável para a sede

Ação integrante do planejamento estratégico, o projeto da sede da Agência das Bacias PCJ deu os primeiros passos para sua consolidação. Atualmente, a instituição está instalada em treze salas de um edifício comercial no bairro Higienópolis, em Piracicaba, apresentando limitações na própria estrutura do prédio e à integração da equipe.

A Agência das Bacias PCJ, em 2018, iniciou os procedimentos necessários para a construção da sede, bem como as tratativas para obter autorização das ações necessárias junto aos Conselhos Deliberativo e Fiscal, as quais foram aprovadas, sendo uma delas a constituição de uma comissão de acompanhamento para a construção da sede, formada por representantes dos Comitês PCJ, dos respectivos conselhos e de colaboradores da Agência das Bacias PCJ. Uma outra ação foi a realização do Plano de Necessidades, visando obter informações e dados importantes que possibilitarão melhor e maior integração da equipe e de todos aqueles que fazem parte do contexto da gestão dos recursos hídricos.

A Agência das Bacias PCJ pretende seguir os melhores exemplos e estratégias para o desenvolvimento de construção sustentável.



Rio Piracicaba em época de chuvas
[Eduardo D'Ávila]





ÁGUA, BIODIVERSIDADE, EFLUENTES E RESÍDUOS

- A maior parte dos municípios das Bacias PCJ possui **atendimento urbano de água superior a 90%**
- Investimentos dos recursos das Cobranças PCJ e Compensação Financeira/Royalties do setor hidroelétrico em iniciativas de racionalização do uso da água resultaram em índices de **perdas hídricas inferiores a 25%** em alguns municípios
- Entre 1994 e 2018, foram aplicados **R\$ 505,4 milhões** em ações nas Bacias PCJ

Itens de divulgação GRI reportados neste capítulo:
303-Água, 304-Biodiversidade, 306-Efluentes e resíduos

ÁGUA, BIODIVERSIDADE, EFLUENTES E RESÍDUOS



“A Agência funciona como um braço executivo dos Comitês PCJ, exercendo papel fundamental na materialização das políticas públicas solicitadas pelo plenário. E, juntos, Agência e Comitês possuem essa grande visão de sustentabilidade para atender às suas demandas. Para isso, a instituição conta com uma equipe bem estruturada com alto grau de especialização. Posso dizer que ela desempenha com excelência todas as atividades para as quais foi criada e é motivo de orgulho para os Comitês PCJ.”

Luiz Roberto Moretti, Secretário Executivo dos Comitês PCJ, representante da Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH) e diretor do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo.

INDICADORES DE SANEAMENTO REFORÇAM GESTÃO DA ÁGUA E BIODIVERSIDADE

O acesso à água potável é essencial para a vida e bem-estar, e é reconhecido pelas Nações Unidas como um direito humano. O saneamento é um tópico de destaque entre as questões relativas à recuperação da qualidade da água e racionalização do uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ, por envolver a maior parte das ações contempladas e priorizadas no Plano das Bacias PCJ 2010-2020.

Dessa forma, o acompanhamento de indicadores de saneamento é de extrema relevância, a fim de avaliar se os níveis de implementação das atividades planejadas estão adequados. Entre os indicadores monitorados estão: atendimento urbano de água, perdas hídricas na distribuição, coleta de esgoto doméstico e tratamento de esgoto doméstico [\[GRI 303 – Água\]](#) [\[GRI 306 – Efluentes e resíduos\]](#)

Atendimento urbano de água

Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), a maior parte dos municípios das Bacias PCJ possui atendimento urbano de água superior a 90% (dados de 2016).

Do total de 76 municípios que englobam as Bacias, sete apresentam percentual entre 50% e 89,9% e um tem percentual inferior ou igual a 49,9%. Estes dados demonstram a necessidade de priorização de investimentos para reverter a situação do atendimento urbano em locais com maior criticidade.

Perdas hídricas na distribuição

A Agência das Bacias PCJ, por meio das diretrizes do Plano das Bacias PCJ, tem se dedicado a colaborar para reduzir o índice de perdas na distribuição, ou seja, diminuir a proporção de água que é produzida pelas estações de tratamento de água, mas que não chega aos consumidores finais ou que não é faturada pelos prestadores de serviço de saneamento. Essas perdas podem ser físicas, geralmente por conta de vazamentos na captação, na distribuição, nos reservatórios ou em procedimentos de limpeza, ou aparentes, diretamente relacionadas às ligações clandestinas/não cadastradas, hidrômetros descalibrados ou parados.

De acordo com dados do SNIS (2016), a maior parte dos municípios das Bacias PCJ encontra-se em patamares considerados inadequados em termos de perda na distribuição de água nos sistemas de abastecimento público, com índices iguais ou superiores a 25%.

O objetivo para os próximos anos é reduzir esse índice gradativamente, de modo a aproximá-lo da realidade de alguns dos municípios, ou seja, inferior a 25%, resultado de investimentos dos recursos das Cobranças PCJ e da Compensação Financeira/Royalties do setor hidroelétrico em iniciativas de racionalização do uso da água.

Os Comitês PCJ têm investido grande parte dos recursos das Cobranças PCJ e da Compensação Financeira/Royalties do setor hidroelétrico, nos últimos anos, em racionalização do uso de água. Entre 1994 e 2018, cerca de 35,9% destes recursos foram aplicados em ações para controles de perdas hídricas. A discussão desta temática é de alta relevância, especialmente ao considerar a crise hídrica observada entre 2014 e 2015, o que leva à expectativa de definição de medidas para o aprimoramento dessa linha de investimento durante a revisão do Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020.

Coleta de esgoto

Outro indicador de saneamento monitorado nos municípios que integram as Bacias PCJ é a

coleta de esgoto doméstico, que estava em 91%, em média, em 2017. Os dados são do Relatório de Qualidade das Águas Superficiais do Estado de São Paulo (Cetesb) para os municípios de São Paulo e do SNIS para os municípios de Minas Gerais. Desde 2012, há uma tendência de estabilização do índice de coleta de esgoto doméstico, variando entre 89% e 92%.

Tratamento de esgoto

O tratamento de esgoto sempre foi um dos temas de maior relevância para as Bacias PCJ. Nos últimos anos, destacam-se muitos investimentos realizados nesta frente por meio de aplicação de recursos provenientes das Cobranças PCJ, da Compensação Financeira/Royalties do setor hidroelétrico e outras fontes de financiamento. O índice do tratamento de esgoto gerado nas Bacias PCJ, em 2017, foi de 75%, considerando-se a proporção da população atendida. Este índice representa a proporção de esgoto tratado em relação ao total de esgoto produzido nos municípios, e não somente a proporção de esgoto tratado em relação ao coletado.



Rio Jaguari, em Camanducaia (Perfil Rhama)

Síntese da situação do saneamento nas Bacias PCJ (em %)

Código IBGE	Municípios	Atendimento de água (%)	Índice de perdas (%)	Coleta de esgoto (%)	Tratamento esgoto gerado (%)
3500600	Águas de São Pedro	97	34	95	95
3501608	Americana	100	27	100	44
3501905	Amparo	100	43	95	67
3502002	Analândia	ND	ND	94	89
3503802	Artur Nogueira	100	34	97	34
3504107	Atibaia	92	51	55	41
3507100	Bom Jesus dos Perdões	97	34	85	0
3507605	Bragança Paulista	97	27	85	85
3508405	Cabreúva* (75%)	88	32	71	71
3110509	Camanducaia	94	34	56	0
3509502	Campinas	100	22	93	93
3509601	Campo Limpo Paulista	80	42	60	57
3510401	Capivari	100	24	95	24
3511706	Charqueada	100	44	80	77
3512407	Cordeirópolis	100	50	100	0
3512704	Corumbataí	99	17	100	100
3512803	Cosmópolis	100	ND	100	0
3514908	Elias Fausto	100	23	99	99
3125101	Extrema	92	23	62	35
3519055	Holambra	100	30	95	95
3519071	Hortolândia	100	29	90	90
3520509	Indaiatuba	99	33	96	66
3521101	Ipeúna	100	46	86	86
3521408	Iracemápolis	ND	ND	100	100
3133600	Itapeva	100	31	62	0
3523404	Itatiba	100	35	95	95
3524006	Itupeva	89	26	75	75
3524709	Jaguariúna	98	40	95	61
3525201	Jarinu	82	35	19	19
3525508	Joanópolis	69	17	61	61
3525904	Jundiaí	100	42	98	98
3526902	Limeira	100	16	100	100
3527306	Louveira	98	47	74	74

Código IBGE	Municípios	Atendimento de água (%)	Índice de perdas (%)	Coleta de esgoto (%)	Tratamento esgoto gerado (%)
3528502	Mairiporã* (11%)	63	34	26	20
3530904	Mombuca	100	18	96	96
3531209	Monte Alegre do Sul	99	29	80	0
3531803	Monte Mor	100	31	75	75
3532009	Morungaba	100	30	93	93
3532405	Nazaré Paulista	46	28	14	14
3533403	Nova Odessa	100	29	98	94
3536505	Paulínia	100	28	92	88
3536802	Pedra Bela	99	11	74	0
3537107	Pedreira	100	56	98	88
3538204	Pinhalzinho	100	26	91	91
3538600	Piracaia	67	29	49	49
3538709	Piracicaba* (96%)	100	56	100	100
3542107	Rafard	98	35	100	0
3543907	Rio Claro	100	39	100	55
3544004	Rio das Pedras	99	56	99	0
3545159	Saltinho	100	41	100	100
3545209	Salto	92	44	92	88
3545803	Santa Bárbara d'Oeste	100	54	99	53
3546702	Santa Gertrudes	100	22	100	100
3547007	Santa Maria da Serra	93	29	100	100
3548005	Santo Antônio de Posse	100	30	92	40
3550407	São Pedro	100	51	90	14
3165404	Sapucaí-Mirim	96	13	68	0
3552403	Sumaré	98	53	95	27
3169109	Toledo	100	35	0	0
3554953	Tuiuti	100	48	44	0
3556206	Valinhos	95	36	91	91
3556354	Vargem	97	30	51	51
3556503	Várzea Paulista	93	37	86	86
3556701	Vinhedo	95	30	85	85

*Os municípios paulistas de Cabreúva, Mairiporã e Piracicaba possuem população parcialmente inserida nas Bacias PCJ. Para estes, foram considerados os percentuais indicados junto aos nomes dos municípios. Destaca-se que a revisão do Plano das Bacias PCJ fará uma avaliação do território desses municípios nas bacias que poderão sofrer ajustes.

Fonte: dados referentes a abastecimento de água e índice de perdas: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) (2018); dados referentes a coleta e tratamento de esgoto SP: extraídos dos Relatórios de Qualidade das Águas Superficiais do Estado de São Paulo - Cetesb (2018). MG: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) (2018). Metodologia: Cobrape (2010).

Mais informações: <http://www.agencia.baciaspcj.org.br/docs/relatorios/relatorio-gestao-2017.pdf>

Apoio aos municípios

Os Comitês PCJ vêm trabalhando junto aos municípios das Bacias PCJ no apoio à gestão dos Planos Municipais de Saneamento Básico e dos Planos de Combate às Perdas Hídricas no Sistema de Abastecimento. O trabalho é resultado da aplicação de investimentos com recursos provenientes das Cobranças PCJ e da Compensação Financeira/Royalties do setor hidroelétrico.

Outro direcionamento da aplicação desses recursos é o investimento em projetos de coleta, afastamento e tratamento de esgotos, controle de perdas, educação ambiental, base de dados, cadastros e estudos, monitoramento hidrológico e reflorestamento nas Bacias PCJ. Como exemplos de projetos relacionados ao saneamento estão empreendimentos de construção

ou adequações de estações de tratamento de efluentes, estações elevatórias, obras e serviços para minimizar as perdas, entre outros.

Investimentos

Tomando como base os períodos de 1994 a 2018, foram destinados cerca de R\$ 359,25 milhões que beneficiaram 264 empreendimentos relacionados a coleta, afastamento e tratamento de esgotos. Já no controle de perdas, foram aplicados R\$ 252,73 milhões em 158 empreendimentos; e nas ações de reflorestamento, R\$ 9,32 milhões em 28 iniciativas, totalizando R\$ 621,30 milhões e 450 empreendimentos. Os recursos financeiros investidos são provenientes das Cobranças PCJ e da Compensação Financeira/Royalties do setor hidroelétrico, além da contrapartida aportada pelos tomadores.

Investimentos nas Bacias PCJ (1994-2018), em R\$

Programa	Fonte de recurso	Nº de empreendimentos	Valor pleiteado	Valor de contrapartida	Valor total
Coleta, Afastamento e Tratamento de Esgotos	Fehidro (1994-2018)	112	26.298.993,74	29.748.546,05	56.047.539,79
	Cobrança federal (2006-2018)	59	57.878.688,11	50.074.498,03	107.953.186,14
	Cobrança paulista (2007-2018)	93	146.576.203,79	48.669.743,84	195.245.947,63
	Total	264	230.753.885,64	128.492.787,92	359.246.673,56
Controle de perdas	Fehidro (1994-2018)	51	33.488.529,17	11.968.874,42	45.457.403,59
	Cobrança federal (2006-2018)	61	94.074.844,79	40.016.787,28	134.091.632,07
	Cobrança paulista (2007-2018)	46	56.836.653,45	16.345.161,23	73.181.814,68
	Total	158	184.400.027,41	68.330.822,93	252.730.850,34
Reflorestamento	Fehidro (1994-2018)	16	2.363.238,60	1.001.982,60	3.365.221,20
	Cobrança federal (2006-2018)	12	4.688.982,06	1.270.973,04	5.959.955,10
	Total	28	7.052.220,66	2.272.955,64	9.325.176,30
Total geral		450	422.206.133,71	199.096.566,49	621.302.700,20*

*o valor total de **R\$ 621.302.700,20** refere-se à somatória do total dos recursos financeiros investidos com o valor total das contrapartidas por parte dos tomadores.

Recuperação, conservação e proteção de mananciais

Aumentar a disponibilidade e a qualidade da água dos mananciais de abastecimento público nas Bacias PCJ está no centro das atenções da Agência das Bacias PCJ. Além das iniciativas voltadas ao saneamento, controle de perdas hídricas e monitoramento hidrológico (priorizados na região desde 1994), a Agência das Bacias PCJ vem se dedicando a melhorar a infraestrutura natural, contribuindo para a recuperação, conservação e proteção dos mananciais, conforme definido pelos Comitês PCJ por meio da implementação de sua Política de Mananciais.

Assim, o *Plano Diretor para Recomposição Florestal (PDRF) e a Política de Mananciais PCJ* vêm direcionando a priorização de áreas e também investimentos para a resiliência das Bacias PCJ, por meio

do incentivo à preservação dos fragmentos de vegetação existentes, de maneira concomitante com a restauração ecológica em áreas degradadas, conservação e manejo de solos.

[GRI 304 – Biodiversidade]

A identificação e priorização de áreas para recomposição florestal e preservação de fragmentos são orientadas pelo Plano Diretor para Recomposição Florestal (PDRF). A Política de Mananciais PCJ, que tem interface com o PDRF, promove a operacionalização e a aplicação eficiente dos investimentos. Ambos os instrumentos são fundamentais para promover o engajamento e a articulação entre os atores envolvidos nas ações, programas e projetos voltados à proteção de mananciais.

Política de Mananciais PCJ

A Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais na área de abrangência da atuação dos Comitês PCJ, chamada de Política de Mananciais PCJ, criada em 2015, estabelece diretrizes e instrumentos para a conservação das águas, recuperação e conservação do solo e da vegetação nativa nas Bacias PCJ. Com o propósito de nortear as ações e investimentos a serem empregados, o documento abriga quatro programas temáticos:

- Programa I - Recuperação, Conservação e Proteção Ambiental em Áreas de Interesse: abrange o desenvolvimento de Projetos Integrais de Propriedade (PIPs) e execução das ações de restauração ecológica e adequação ambiental pertinentes.
- Programa II - Pagamento por Serviços Ambientais (PSA): integra o incentivo econômico a proprietários de áreas que sejam produtoras de serviços, a execução de ações de restauração inerentes a projetos e/ou programas de PSA e o monitoramento de ações de PSA já existentes (UCE - Unidade Coordenadora de Execução).
- Programa III - Apoio a Áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos: contempla ações de apoio e manejo de áreas sujeitas a restrição de uso, no âmbito do território das Bacias PCJ, como, por exemplo: Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais de Interesse Regional (APRM); Áreas de Proteção de Mananciais Municipais (APM); Unidades de Conservação - UC (Uso Sustentável e Proteção Integral) e Áreas protegidas não previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).
- Programa IV - Proteção dos biomas Mata Atlântica e Cerrado: apoia a proteção da vegetação nativa dos referidos biomas, conforme previsto na legislação, por meio do incentivo à elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica e Cerrado (PMMA), de forma integrada com o PDRF em escala local.

Conheça a Política de Mananciais PCJ no link:

<http://www.agencia.baciaspcj.org.br/novo/politica-de-mananciais-pcj>





EMPREGO, TREINAMENTO E EDUCAÇÃO

- **34%** dos colaboradores da Agência das Bacias PCJ foram contratados em 2018
- **1.717 horas** de treinamento foram oferecidas aos colaboradores, uma média de **37 horas** por colaborador
- **Política de Terceirização** reforço à gestão de pessoas e contratos

Itens de divulgação GRI reportados neste capítulo:

102-8, 401-Emprego, 401-1, 401-2, 404-Treinamento e Educação, 404-1

EMPREGO, TREINAMENTO E EDUCAÇÃO



“Aqui na Agência das Bacias PCJ, todo projeto começa com uma sensibilização do nosso público interno. É uma forma de capacitação, envolvimento e engajamento. Valorizamos muito a participação de nossos colaboradores. Procuramos integrá-los nos projetos e fomentamos o trabalho em equipe. Muitas das iniciativas realizadas no último ano são fruto do que apontou a pesquisa de clima organizacional de 2017 e de uma construção conjunta, como o Código de Ética, por exemplo. Entendemos que esta forma de atuação contribui para que alcancemos a excelência em gestão, que é um de nossos valores corporativos.”

Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro da Agência das Bacias PCJ.

GESTÃO DE PESSOAS PRIORIZA DIÁLOGO, INTEGRAÇÃO E ENGAJAMENTO

A atuação ética contra todas as formas de discriminação, preconceito, assédio e violência é um valor expresso no Código de Ética da Agência das Bacias PCJ, que garante o atendimento à legislação nos itens relacionados às relações trabalhistas e à **saúde e segurança ocupacional**. O engajamento de todos os colaboradores na missão da Agência das Bacias PCJ permeia a gestão de pessoas, que tem foco no diálogo, integração de equipes, desenvolvimento da motivação,

A saúde e segurança do trabalho, embora não sejam temas críticos para a Agência, já que as atividades desenvolvidas pelos colaboradores não representam riscos em potencial, vêm ganhando mais relevância desde 2018, já que estão no foco da A3P, do Pacto Global e do Sistema de Gestão Integrado ISO 9001. Saiba mais sobre estas iniciativas nos textos **Sustentabilidade: um compromisso e Gestão e Estratégia**.

atualização de competências técnicas e comportamentais e aprimoramento das condições para a qualidade de vida no trabalho.

O quadro funcional da Agência das Bacias PCJ era formado por 47 colaboradores ao fim de 2018, entre funcionários, terceirizados e estagiários, todos da região de atuação das Bacias PCJ. A contratação de colaboradores próprios, salvo para as funções de confiança, é precedida de concurso público. Parte significativa do trabalho da Agência é realizada por trabalhadores terceirizados, que ficam situados nas dependências da Agência, com vínculo empregatício (CLT) com empresas que prestam serviços para a instituição. [\[GRI 102-8\] \[401 – Emprego\]](#)

Número total de colaboradores (funcionários, terceiros e estagiários) por tipo de contrato de trabalho (permanente ou temporário) e gênero [\[GRI 102-8\]](#)

2018	Tipo de contrato		
	Funcionários (contrato permanente)	Estagiários	Terceiros (contrato temporário)
Masculino	7	2	10
Feminino	9	3	16
TOTAL	16	5	26

Política de Terceirização

Atualmente, 53% do quadro funcional da Agência é formado por colaboradores terceirizados. O fato se deve ao aumento da demanda por assessoria técnica especializada em função da natureza dos projetos recentes (saiba mais no texto ***Geração de valor para o território***, no capítulo ***Impactos econômicos indiretos***).

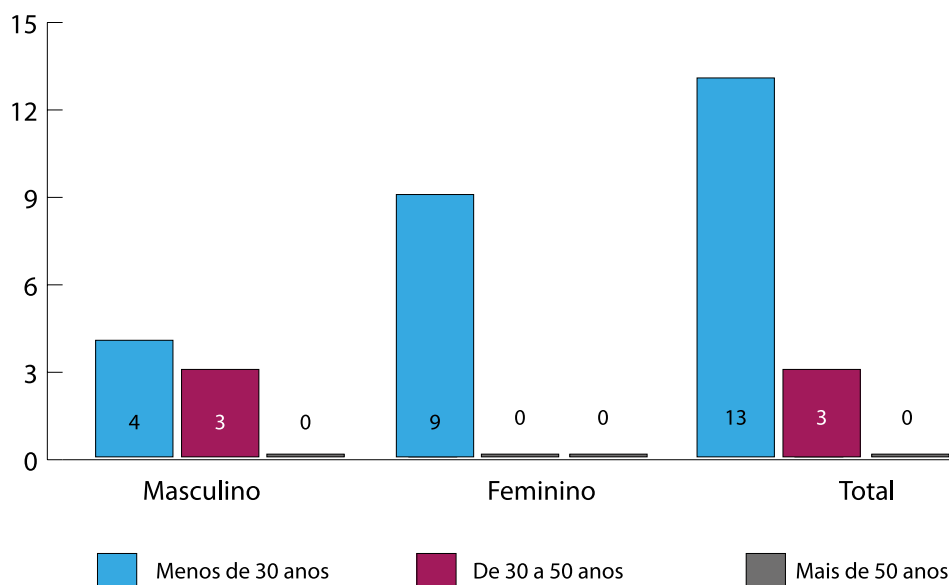
Para regulamentar este movimento, em 2018, a Agência das Bacias PCJ trabalhou no desenvolvimento da Política de Terceirização, que considera aspectos legais da recente reforma trabalhista relacionados à administração pública. O documento também sugere elementos que deixam mais claro o conteúdo dos editais e permite a inserção de exigências mínimas para a contratação de fornecedores para determinados projetos ou atividades e orienta para que os profissionais terceirizados que fiquem em

tempo integral nas dependências da Agência tenham acesso a um pacote de benefícios compatível com o oferecido aos ***colaboradores próprios***.

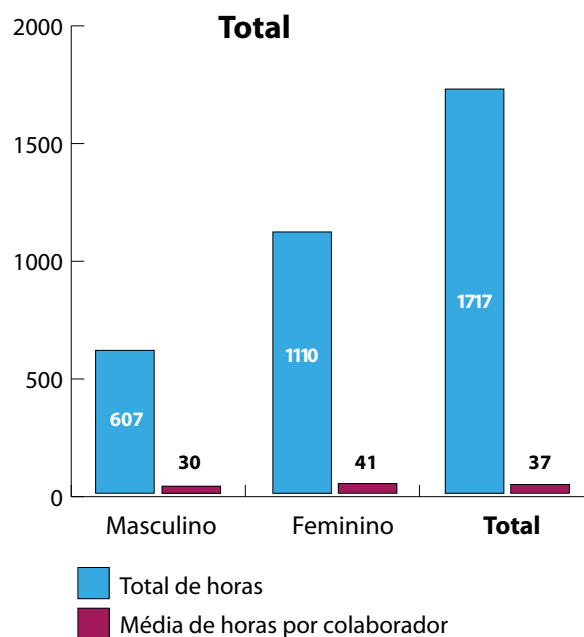
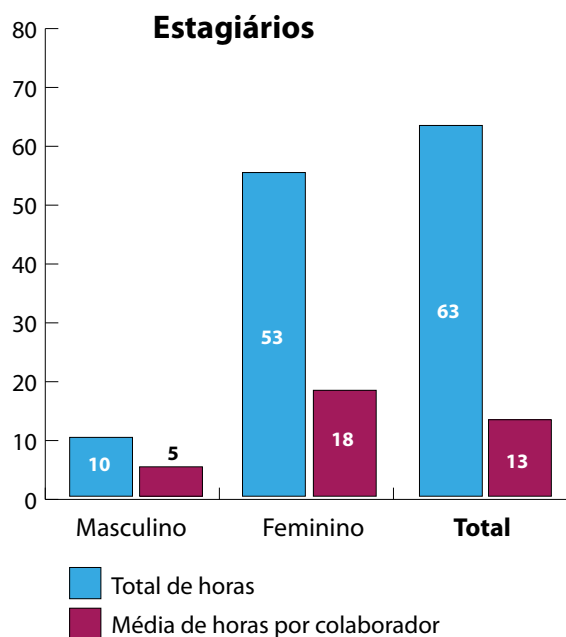
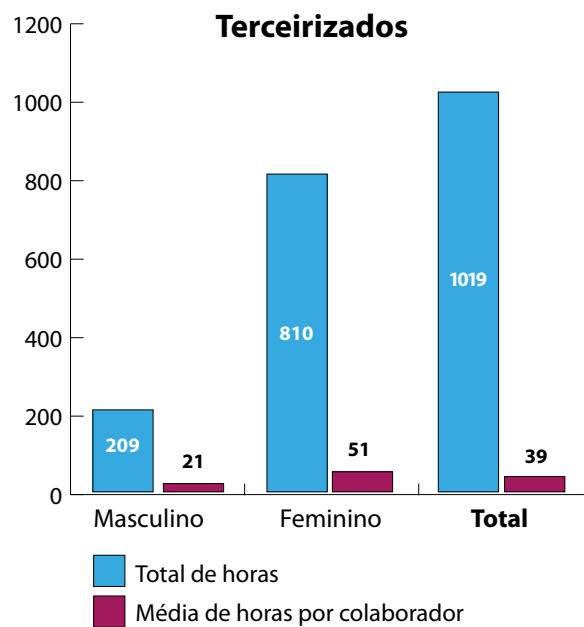
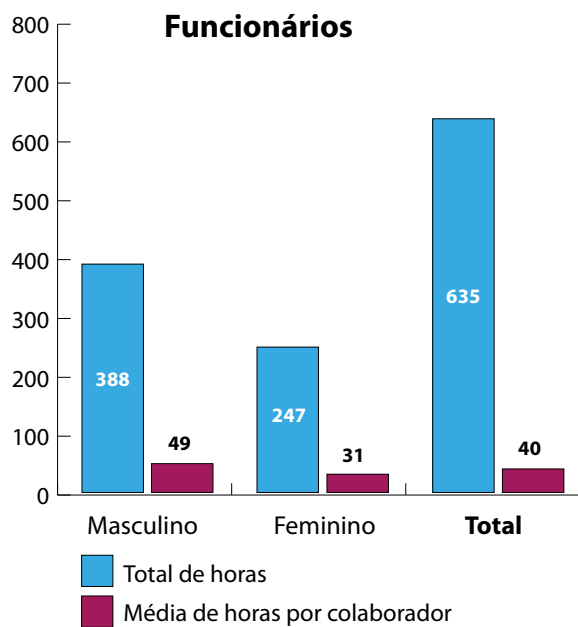
A Política, que traz mais segurança jurídica para as partes interessadas – Agência e empresas fornecedoras – estava em fase de aprovação, no fechamento deste relatório, e deve ser apresentada aos fornecedores posteriormente.

Os colaboradores próprios da Agência das Bacias PCJ com contrato em período integral contam com os seguintes benefícios: seguro de vida, auxílio-creche (para mulheres), auxílio-alimentação, assistência médico-hospitalar e vale transporte. [GRI 401-2]

Contratações em 2018 por faixa etária e gênero



Total e média de horas de capacitação por colaborador, por categoria funcional e gênero, em 2018 [\[GRI 404-1\]](#)



Baixa taxa de rotatividade

A rotatividade é um importante indicador para a gestão de pessoas em uma organização. Uma alta taxa de rotatividade pode indicar incertezas e insatisfação entre colaboradores, sinalizar a necessidade de alterações na estrutura das atividades e pode gerar mudanças no capital humano e intelectual, impactando negativamente em sua produtividade.

Historicamente, a taxa de rotatividade é baixa na Agência das Bacias PCJ, que tem apresentado um número maior de contratações em seu quadro de pessoal, principalmente para atender aos novos projetos e demandas dos Comitês PCJ, em detrimento de saídas de colaboradores. Dos 47 colaboradores, ao fim de 2018, 16 (34%) foram novas contratações no período, que não registrou demissões. [\[GRI 401-1\]](#)

Desenvolvendo o capital humano

Para alcançar sua visão de futuro por meio da excelência em gestão de projetos e conhecimento tecnológico em recursos hídricos, promover o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais junto aos seus colaboradores é fundamental para a Agência das Bacias PCJ. Em 2018, foram oferecidas 1.717 horas de treinamento para os colaboradores (incluindo colaboradores próprios, terceiros e estagiários), uma média de 37 horas por colaborador. [\[GRI 404-1\]](#)

A instituição adota como prática, no início de todo projeto, a sensibilização dos colaboradores para

o tema e as iniciativas envolvidas, a exemplo da adesão ao Pacto Global, A3P, ISO 9001 e Papel Zero. Essa oportunidade de comunicação e engajamento também é considerada uma capacitação das equipes. Entre os cursos oferecidos, destacam-se os relacionados à gestão arquivística de documentos, *feedback* para os líderes e o Código de Ética. Todas as capacitações são avaliadas por pesquisa, que tem apontado níveis de satisfação entre “bom” e “ótimo”. Para 2019, a meta da Agência é atingir níveis de excelência nesta frente. [\[GRI 404-Treinamento e Educação\]](#)

Perfil desejado

O desenvolvimento técnico e comportamental do colaborador, para que a instituição cumpra com sua missão e execute com excelência as ações de seu planejamento estratégico, ganhou reforço em 2018, com o mapeamento de competências, habilidades e atitudes de seus profissionais. Esse trabalho resultou no perfil de colaborador desejado pela Agência das Bacias PCJ para as novas contratações e apontou algumas necessidades de capacitação que devem ser planejadas. Outra ferramenta nesta frente, que passa a ser adotada em 2019, é a avaliação de desempenho, que, somada aos outros instrumentos de gestão de pessoas, irá orientar o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) de cada colaborador. Dessa forma, encerra-se o ciclo esperado que irá contribuir com a alta produtividade exigida para a atuação da Agência. [\[GRI 404-Treinamento e Educação\]](#)



Cachoeira do Pinhal Grande, em Toledo/córrego Pinhal Grande
[Bolly Vieira]





COMUNIDADES LOCAIS

- Modelo participativo dos **Comitês PCJ** promovem **engajamento** para a gestão dos recursos hídricos
- **15 produtores rurais** participam do Projeto Nascentes Analândia
- A iniciativa envolve **1.670 hectares** de terra mapeados, visando à implementação de intervenções de restauração ecológica

Itens de divulgação GRI reportados neste capítulo:
102-40, 102-42, 102-43, 413 - Comunidades locais

COMUNIDADES LOCAIS



“A relação da Agência das Bacias PCJ com o público externo é muito boa, porque ela está sempre atenta aos processos de cada projeto, preocupando-se em fazer as correções necessárias para cada situação, mantendo sempre a qualidade do seu atendimento. Além disso, a Agência busca ouvir os seus públicos, dialogar com eles e trabalhar em conjunto para que todos fiquem satisfeitos. Essa construção colaborativa permite a ampliação do número de soluções e possibilidades de efetivação das ações.”

João José Assumpção de Abreu Demarchi, Coordenador da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Recursos Naturais dos Comitês PCJ.

A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DE FORMA COLABORATIVA

O relacionamento da Agência das Bacias PCJ com seus **stakeholders** é baseado na ética e no diálogo, visando ao aprimoramento da gestão dos recursos hídricos, à prestação de contas de forma transparente e à melhoria da qualidade de vida da sociedade.

A atuação dos Comitês PCJ segue um modelo participativo e colaborativo, já que é composto por representantes de órgãos e entidades governamentais, usuários de recursos hídricos e organizações civis. A cada dois anos, é realizada renovação dos órgãos e entidades governamentais, usuários de recursos hídricos e organizações civis. Esses são convidados,

Instituições com as quais a Agência das Bacias PCJ se relaciona: órgãos de Governo (esferas federal, estadual e municipal); Ministério Público; órgãos de controle externo; sociedade civil; usuários de recursos hídricos; Comitês PCJ; colaboradores; fornecedores e prestadores de serviço; mídia; Sistemas de Gerenciamento de Recursos Hídricos e demais parceiros.

por meio de editais, a participar de um novo processo eleitoral para a Renovação de Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ.

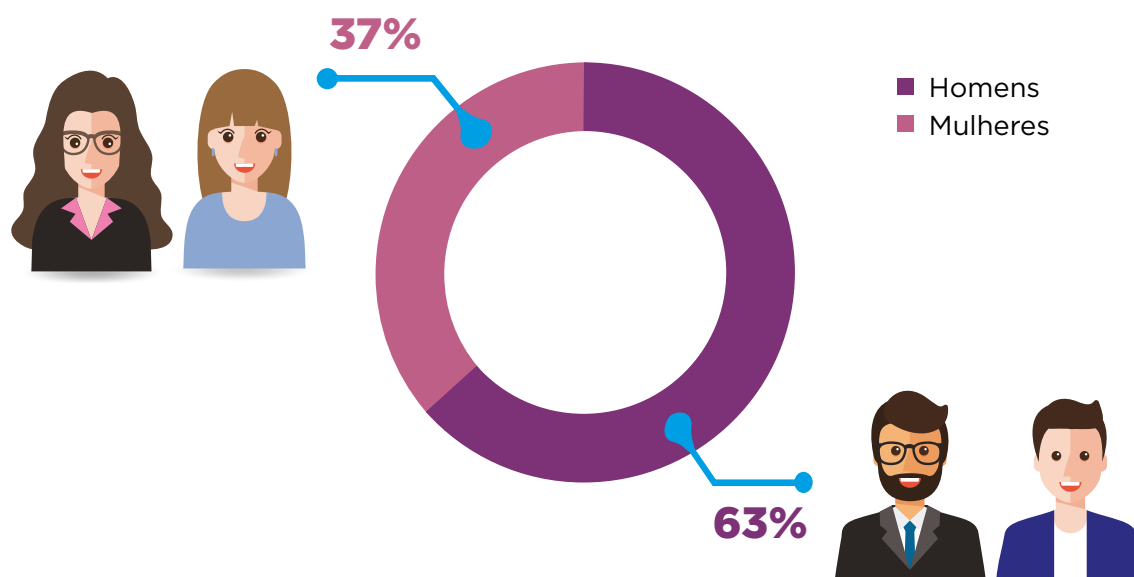
Essas instâncias têm papel ativo na elaboração e validação de importantes ferramentas para a gestão de recursos hídricos, como as políticas criadas pelos Comitês PCJ, por exemplo, a Política Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais das Bacias PCJ, criada em 2015, revisada e aprovada em 2018, como instrumento direcionador de ações e investimentos para a proteção de mananciais nas Bacias PCJ.

[\[GRI 102-40\]](#) [\[GRI 102-42\]](#) [\[GRI 102-43\]](#) [\[GRI 413-Comunidades locais\]](#)

Comparativo entre as gestões 2015-2017 e 2017-2019

GESTÃO 2015-2017		GESTÃO 2017-2019	
Entidades	Membros	Entidades	Membros
165	614	166	632

Membros das Câmaras Técnicas por gênero - gestão 2017 a 2019



Envolvimento pela conservação de mananciais

Todos os projetos desenvolvidos por meio da Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais nas Bacias PCJ são exemplos de que a mobilização de diferentes atores em prol de uma causa é possível e exige envolvimento e a dedicação de todos.

Projetos desenvolvidos desde 2016 nos municípios de Holambra, Analândia, Charqueada, São Pedro e Limeira já envolveram cerca de 270 proprietários rurais de forma direta por meio do Programa de Recuperação, Conservação e Proteção Ambientais em Áreas de Interesse com os Projetos Integrais de Propriedades, os chamados PIPs, e de forma indireta cerca de 20 proprietários rurais por meio do Programa Pagamento por Serviços Ambientais (PSA-PCJ) no município de Jaguariúna. São iniciativas que contribuem para a recuperação, conservação e proteção de nascentes e mananciais de diferentes microbacias consideradas importantes afluentes para abastecimento público.

Para os proprietários rurais, cuja adesão é voluntária e sem qualquer custo, os benefícios da adequação ambiental envolvem o reflorestamento, a conservação do solo, de estradas e o saneamento rural. A sensibilização e a divulgação dos projetos junto a esses públicos, geralmente são realizadas pelos próprios técnicos da Agência das Bacias PCJ, em conjunto com funcionários das prefeituras, casas de agricultura e outros parceiros.

Os PIPs fazem o diagnóstico da situação de degradação ambiental específica de cada propriedade envolvida e também propõem intervenções para adequação ambiental, em especial, as voltadas à restauração ecológica. A fase seguinte envolve a parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica que, com base no diagnóstico dos PIPs, realiza ações de reflorestamento que visam melhorar a infiltração de água das chuvas no solo, garantindo o bom funcionamento das nascentes.

Já o Programa Pagamento por Serviços Ambientais contempla ações com objetivo de produzir serviços ambientais e sustentabilidade, priorizando os mananciais de interesse para abastecimento público. No caso de Jaguariúna, os trabalhos desenvolvidos foram

na constituição e apoio da Unidade Coordenadora de Execução com objetivo de monitorar os serviços realizados visando ao desenvolvimento contínuo dos trabalhos, bem como das ações para conservação e proteção dos mananciais envolvidos, junto aos proprietários rurais.

Futuramente, outras áreas disponíveis dentro dos projetos já priorizados pela Política de Mananciais PCJ também deverão ser restauradas por meio desta parceria. Mais informações estão disponíveis em <http://www.agencia.baciaspcj.org.br/novo/politica-de-mananciais-pcj>

Canais e oportunidades de comunicação

Com o Plano de Mídia, a Agência das Bacias PCJ e os Comitês PCJ reforçam sua atuação institucional, pela divulgação de materiais institucionais, campanhas em rádio, TV, jornais de grande circulação, mídias sociais, ações em datas comemorativas e outras oportunidades.

O site da Agência das Bacias PCJ (<http://www.agencia.baciaspcj.org.br>) também representa uma plataforma

de comunicação e relacionamento, onde são levadas a público informações de todas as ações e atividades realizadas para as partes interessadas de forma proativa, e não apenas se limitando ao cumprimento de leis ou regulamentos. O site disponibiliza link para o Sistema de Informações ao Cidadão – SIC.SP (<http://www.sic.sp.gov.br/>), um sistema do Arquivo Público do Governo do Estado de São Paulo no qual é possível solicitar documentos e dados.



Rio Jaguari, entre Piracaia e Joanópolis
[João Prudente]



Cachoeira dos Pretos,
em Joanópolis
[João Prudente]





POLÍTICAS PÚBLICAS

- Mobilização social nas Bacias PCJ na década de 1990 teve contribuição relevante na criação da **Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos**
- **Política de Mananciais PCJ** foi criada durante a crise hídrica em 2015 para promover a conservação dos recursos hídricos e de mananciais
- Os Comitês PCJ aprovaram, em 2018, a criação da **Política de Saúde Ambiental**

Item de divulgação GRI reportado neste capítulo:
415-Políticas Públicas

POLÍTICAS PÚBLICAS



“Após aprovação na Câmara Técnica as iniciativas são remetidas às reuniões dos Comitês PCJ para aprovação final. Quando aprovados, os projetos são enviados à Agência das Bacias PCJ, responsável por executar essas atividades, formalizando as ações de políticas públicas de recursos hídricos. Portanto, a Agência das Bacias PCJ exerce a função de órgão executivo de todas as ações e projetos discutidos nas câmaras técnicas dos Comitês PCJ, trabalhando como um defensor das necessidades da população.”

Marco Antônio dos Santos, Vice-presidente do CBH-PCJ (comitê paulista) e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL.

CONTRIBUIÇÃO HISTÓRICA COM DESENVOLVIMENTO E EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A atuação dos Comitês PCJ e as ações desenvolvidas pela Agência das Bacias PCJ, como braço executivo dos Comitês, permeiam a elaboração e a execução de políticas públicas e contribuem para a eficácia delas. Exemplo histórico envolve diversos atores nas Bacias PCJ há décadas, quando debates, reflexões e estudos fundamentados, com ativa participação de vários centros de ensino e pesquisa, resultaram na mobilização e discussões que foram relevantes na definição da legislação paulista e na própria Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433/97.

Além da participação para a elaboração desta Lei, a Agência das Bacias PCJ e os Comitês PCJ se destacam pela efetividade da aplicação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, como os Planos de Recursos Hídricos; o enquadramento dos corpos d'água em classes, segundo os usos preponderantes da água; a outorga dos direitos de uso; e a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Situações mais recentes da contribuição da Agência das Bacias PCJ envolvem a participação na elaboração da Política de Mananciais PCJ (em 2015). O documento foi concebido durante período de escassez hídrica pelo qual as Bacias PCJ passaram em 2014, e tem como objetivo promover a conservação dos recursos hídricos e de mananciais de abastecimento, e garantir a regularidade e disponibilidade hídrica em quantidade e qualidade, definindo critérios para a inclusão e priorização de programas e projetos que envolvam parcerias público-privadas, possibilitando, assim, a previsão e utilização de recursos financeiros.

Em reunião plenária realizada em dezembro de 2018, os Comitês PCJ também aprovaram a Política de Saúde Ambiental, que trata da proteção, conservação e preservação dos recursos hídricos, com base nos aspectos relacionados com a saúde pública. Entre seus objetivos estão a implantação de programas focados na segurança da água, minimização dos efeitos da degradação dos mananciais, em consonância com a Política de Recuperação, Conservação e Proteção aos Mananciais, e incentivo a ações de identificação e prevenção de problemas de saúde pública relacionados à água e saneamento básico. [\[GRI 415-Políticas Públicas\]](#)

SUMÁRIO DE CONTEÚDO GRI

Conteúdo geral GRI Standards				
Indicador	Descrição	Página correspondente/Resposta	Razão para omissão	Verificação externa
1. Perfil organizacional				
102-1	Nome da organização	Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Agência das Bacias PCJ.		Não
102-2	Atividades, marcas, produtos e serviços	Não aplicável		Não
102-3	Localização da sede	Em Piracicaba/SP, Rua Alfredo Guedes, 1949, Bairro Higienópolis – Edifício Racz Center - CEP 13 416 901 - Sala 604.		Não
102-4	Localização das operações	16		Não
102-5	Propriedade e forma jurídica	16		Não
102-6	Mercados atendidos	Não aplicável		Não
102-7	Porte da organização	16		Não
102-8	Informações sobre empregados e outros trabalhadores	60		Não
102-9	Cadeia de fornecedores	41		Não
102-10	Mudanças significativas na organização e em sua cadeia de fornecedores	40		Não
102-11	Princípio ou abordagem da precaução	A instituição não aplica o Princípio da Precaução.		Não
102-12	Iniciativas externas	21		Não
102-13	Participação em associações	A Agência das Bacias PCJ é membro da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRHidro), que congrega pessoas físicas e jurídicas em ações para o avanço da gestão dos Recursos Hídricos, da pesquisa científica e do apoio ao ensino técnico e universitário.		Não
2. Estratégia e análise				
102-14	Declaração do decisor mais graduado da organização	9		Não
3. Ética e Integridade				
102-16	Valores, princípios, padrões e normas de comportamento	14		Não

Conteúdo geral GRI Standards

Indicador	Descrição	Página correspondente/Resposta	Razão para omissão	Verificação externa
102-17	Mecanismos para aconselhamento e preocupações sobre ética	24		Não
4. Governança				
102-18	Estrutura de governança	24		Não
5. Engajamento de <i>stakeholders</i>				
102-40	Lista de <i>stakeholders</i> engajados pela organização.	66		Não
102-42	Base para a identificação e seleção de partes interessadas para engajamento	66		Não
102-43	Abordagem para o engajamento das partes interessadas	66		Não
6. Práticas de relato				
102-45	Lista de entidades incluídas nas demonstrações financeiras	30		Não
102-46	Definição do conteúdo do relatório e limite dos tópicos	11		Não
102-47	Lista de tópicos materiais	12		Não
102-48	Reformulação de informações	Não houve, por se tratar do primeiro relatório com a aplicação da metodologia GRI Standards		Não
102-49	Alterações em escopo e limites	Não houve, por se tratar do primeiro relatório com a aplicação da metodologia GRI Standards		Não
102-50	Período coberto pelo relatório	2018		Não
102-51	Período do último relatório	Este é o primeiro relatório com a aplicação da metodologia GRI Standards		Não
102-52	Ciclo de emissão de relatórios	Anual		Não
102-53	Ponto de contato para perguntas sobre o relatório	Bióloga Kátia Rossi Gotardi Piccin Coordenadora de Gestão katia.gotardi@agencia.baciaspcj.org.br		Não
102-54	Declaração de elaboração do relatório de conformidade com GRI Standards	Este relatório é inspirado na GRI Standards		Não
102-55	Sumário de conteúdo GRI	73		Não

Conteúdo geral GRI Standards

Indicador	Descrição	Página correspondente/Resposta	Razão para omissão	Verificação externa
SÉRIE 200 Econômica				
GRI201: Desempenho econômico 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		28		
201-1	Valor econômico direto gerado e distribuído	30		Não
201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades devido às mudanças climáticas	31		Não
GRI 203: Impactos econômicos indiretos 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		36		
203-1	Investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos	36		Não
GRI 204: Práticas de compra 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		40		
204-1	Proporção de gastos com fornecedores locais	41		Não
GRI 205: Anticorrupção 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		44		
205-2	Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção	44		Não
SÉRIE 300 Ambiental				
GRI 301: Materiais 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		48		
GRI 303: Água 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		52		
GRI 304: Biodiversidade 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		57		
GRI 306: Efluentes e Resíduos 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		52		

Conteúdo geral GRI Standards

Indicador	Descrição	Página correspondente/Resposta	Razão para omissão	Verificação externa
SÉRIE 400: Social				
GRI 401: Emprego 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		60		
401-1	Novas contratações de empregados e rotatividade de empregados	63		Não
401-2	Benefícios para empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período	61		Não
GRI 404: Treinamento e educação 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		63		
404-1	Média de horas de treinamento por ano, por empregado	62		Não
GRI 413: Comunidade local 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		66		
GRI 415: Políticas públicas 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		72		
415-1	Contribuições políticas	O Estatuto da Fundação Agência das Bacias PCJ, em seus artigos 3º, 27 e 32 e; a Lei 9.504/97, que regula as eleições, em seu artigo 24, inciso II e artigo 73 e seus incisos e parágrafos, veda a utilização de recursos ou de outros benefícios a partidos políticos ou candidatos, visando à igualdade entre os diferentes candidatos e partidos. A Lei Federal também elenca, no artigo 73, um rol de proibições aos agentes públicos relacionadas a contribuições políticas.		Não

ANEXOS

GLOSSÁRIO
LISTA DE SIGLAS

GLOSSÁRIO

Global Reporting Initiative (GRI) - organização *multistakeholder*, cuja metodologia para relatórios de sustentabilidade é adotada por empresas e entidades em todo o mundo.

ISO 9001 - Norma internacional desenvolvida pela International Organization of Standardization (ISO) que especifica requisitos para um modelo de gestão da qualidade.

Multistakeholder - iniciativa de participação múltipla, com estrutura de governança que busca reunir diversas partes interessadas para participar do diálogo, tomada de decisões e implementação de

soluções para problemas ou metas comuns.

Sistema ERP - Em inglês, Enterprise Resource Planning. Traduzido para Planejamento de Recursos Empresariais, é um sistema de informação que integra todos os dados e processos de uma organização.

Stakeholders - entidades ou indivíduos que tendem a ser significativamente afetados pelas atividades, produtos e serviços da organização ou cujas ações tendem afetar a capacidade da organização de implementar suas estratégias e atingir seus objetivos com sucesso.

LISTA DE SIGLAS

A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública

ABRHidro - Associação Brasileira de Recursos Hídricos

ANA - Agência Nacional de Águas

APM - Área de Proteção de Mananciais Municipais

APRM - Área de Proteção e Recuperação de Mananciais de Interesse Regional

Bacias PCJ - Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

BSC – Balanced Scorecard

CBH-PCJ - Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

CBH-PJ - Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari

Cetesb - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

Cofehidro - Conselho Estadual de Recursos Hídricos

Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente

DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo

DBO - Demanda Bioquímica de Oxigênio

DVA - Demonstração do Valor Adicionado

ED - Entidade Delegatária

EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada

EPP – Empresa de Pequeno Porte

Fehidro - Fundo Estadual de Recursos Hídricos

FESPSP - Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

GED - Gerenciamento Eletrônico de Documentos

GRI - Global Reporting Initiative

IGAM - Instituto Mineiro de Gestão das Águas

ME – Microempresa

MPSP - Ministério Público do Estado de São Paulo

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OiAgua - Escritório Internacional da Água

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PDRF - Plano Diretor para Recomposição Florestal

PIB – Produto Interno Bruto

PIPs - Projetos Integrais de Propriedade

PMMA's - Planos Municipais da Mata Atlântica e Cerrado

PSA - Pagamento por Serviços Ambientais

RIOB - Rede Internacional de Organismos de Bacias

SIC.SP - Sistema Integrado de Informações ao Cidadão do Estado de São Paulo

SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TCE - Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

TCRA - Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental

TI - Tecnologia da Informação

UC - Unidade de Conservação

UGP - Unidade Gestora do Projeto



Agência das Bacias PCJ

www.agencia.baciaspcj.org.br



COMITÊS PCJ

www.comitespcj.org.br